

# Boletim de Conjuntura

DISTRITO FEDERAL

---

Número 17 – 2º trimestre de 2021

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**Ibaneis Rocha**  
Governador

**Marcus Vinicius Britto**  
Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA - SEEC  
**André Clemente Lara de Oliveira**  
Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL -  
CODEPLAN  
**Jeansley Lima**  
Presidente

**Sônia Gontijo Chagas Gonzaga**  
Diretora Administrativa e Financeira

**Clarissa Jahns Schlabit**  
Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

**Daienne Amaral Machado**  
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

**Renata Florentino de Faria Santos**  
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

---

**EQUIPE RESPONSÁVEL**

**Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas| DIEPS**

*Diretora* – Clarissa Jahns Schlabit

**Gerência de Contas e Estudos Setoriais - Gecon**

*Gerente* - Jéssica Filardi Milker Figueiredo

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

Renato Costa Coitinho

**Revisão de Original e Copidesque**

Eliane Menezes

# Sumário

Introdução

Seção I – Economia Brasileira

Seção II – Atividade Econômica do Distrito Federal

Seção III – Análise de Preços

Seção IV – Mercado de Trabalho

Considerações finais

# Introdução

O cenário macroeconômico do segundo trimestre de 2021 foi marcado por forças que atuaram, simultaneamente, para estimular e inibir o crescimento econômico nacional e distrital. Os efeitos positivos vieram da atenuação das medidas de isolamento social e das restrições ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais, bem como do avanço da campanha de vacinação e da retomada do pagamento do auxílio emergencial, que só foi retomado em abril de 2021. No sentido oposto, verificou-se a elevação da taxa de juros básica da economia brasileira, Selic, a fim de refrear o ritmo de consumo e de investimentos para segurar a escalada de preços que, por sua vez, estava corroendo o poder de compra da população brasileira. O equilíbrio entre esses impactos é analisado na décima sétima edição do Boletim de Conjuntura do Distrito Federal, evidenciando o comportamento de economia brasileira e da distrital, por meio do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon/DF). O objetivo é garantir dados e informações pertinentes para o mercado que permitam a construção de políticas públicas eficientes e que auxiliem a sustentar o processo de recuperação econômica.

O panorama produtivo que se desenhou na capital federal foi de crescimento econômico, sentido nos principais setores econômicos. Esse maior dinamismo melhorou os indicadores do mercado de trabalho, reduzindo o desemprego local, bem como ampliando a massa de rendimentos distrital. Dessa forma, há perspectivas de que o aumento do poder de compra se traduza em expansão do consumo e, conseqüentemente, em fomento a novas contratações. A realização dessas expectativas é essencial para sustentar o processo de reação das atividades produtivas.

Os preços continuam a inquietar o mercado diante de pressões inflacionárias originárias de fatores externos e internos. No quadro internacional, o ciclo de apreciação das commodities energéticas, metálicas e agrícolas influencia a alta dos preços dos alimentos e combustíveis, enquanto, na esfera nacional, a crise hídrica encarece o custo da energia elétrica. O resultado é um distanciamento ainda maior do IPCA e do INPC do limite superior da meta de inflação estabelecido pelo Banco Central para 2021 e uma aceleração do ritmo de elevação da taxa de juros como forma de deter esse processo.

Esse relatório traz, portanto, um panorama amplo sobre o desempenho da economia distrital, contextualizando os movimentos de mercado com a conjuntura do período. Para isso, o Boletim de Conjuntura do Distrito Federal divulga, na primeira seção, os dados da economia brasileira para, então, avaliar a dinâmica produtiva do Distrito Federal na segunda seção. O desempenho distrital é evidenciado pelo comportamento do Idecon-DF, calculado a partir de uma metodologia própria da Codeplan, e complementado por meio da análise de indicadores econômicos auxiliares. Em seguida, são avaliados o IPCA e o INPC a fim de esmiuçar o comportamento dos preços e a estrutura da inflação. Na quarta seção, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério da Economia, disponibilizam dados para a análise do mercado de trabalho. Por fim, são apresentadas as considerações finais, evidenciando riscos e oportunidades para economia distrital no segundo semestre de 2021.

# Seção I

## Economia Brasileira

### 1. Sumário

Os indicadores macroeconômicos apontam para uma contínua recuperação da economia brasileira com o PIB nacional apresentando uma expansão de 12,4% no segundo trimestre de 2021 em relação a igual período do ano anterior. Todos os grandes setores produtivos apresentaram crescimento significativo nessa base de comparação, com o destaque conferido à Indústria (+17,8%), enquanto Serviços (+10,8%) e Agropecuária (+1,3%) tiveram crescimentos significativos, porém menos expressivos. Pela ótica da despesa, a Formação Bruta de Capital Fixo novamente apresentou a maior variação positiva do período (+32,9%). No acumulado em quatro trimestres, a economia nacional detém um resultado de alta de 1,8% em comparação a igual período de 2020.

O nível de ocupação beneficiou-se do maior nível de atividade produtiva, crescendo 5,3% na comparação entres os segundos trimestres de 2020 e 2021. Assim, a taxa de desemprego reduziu-se para 14,1% de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADCT). Considerando a performance do mercado formal informada pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), o número de admissões superou os desligamentos em 696,76 mil postos de trabalho, com o setor de Serviços apresentando o melhor desempenho no período (426 mil vagas). Em seguida, aparecem a Indústria (+179 mil vagas ou 25,7%) e Agropecuária (+91 mil vagas ou 13,1%).

Em termos de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calculou um aumento de 1,68% entre abril e junho de 2021. Todos os grupos pesquisados apresentaram variação positiva, refletindo, entre outros fatores, a alta da *Energia elétrica residencial* que, no período, sofreu ajustes de bandeira tarifária em função da crise hídrica que assola o país. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ficou acima do IPCA (+1,95%), mostrando uma inflação mais intensa para as famílias de mais baixa renda.

O Tesouro Nacional registrou alta nas receitas e uma queda nas despesas do Governo Central no segundo trimestre de 2021 comparativamente aos

montantes observados no mesmo trimestre de 2020. Mesmo diante desse cenário, houve déficit de 77,86 bilhões. Pelo lado da política monetária, intensificou-se o movimento de elevação da taxa Selic para tentar conter a trajetória de aumento de preços, estabelecendo um patamar de 5,25% ao ano (a.a.) para a taxa de juros.

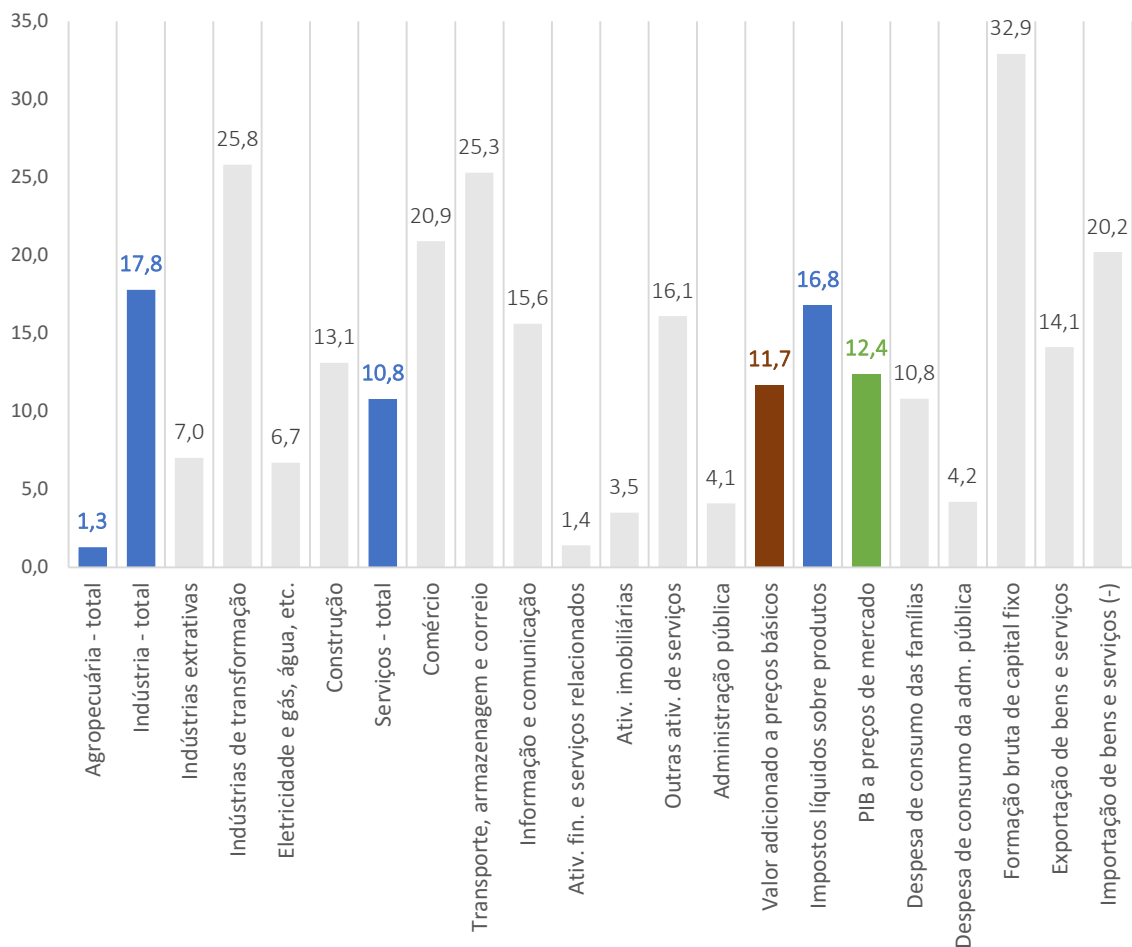
As perspectivas são de que a recuperação da economia se mantenha nos próximos trimestres expandindo o resultado positivo do crescimento econômico, uma vez que as expectativas de mercado apontam para um incremento de 5,28%<sup>1</sup> do PIB brasileiro.

## 2. Nível de atividade

### Resultado do 2º trimestre

A economia brasileira cresceu 12,4% no segundo trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, a segunda variação positiva consecutiva nessa base de comparação (Gráfico 01). Com esse resultado, o Produto Interno Bruto (PIB) do país alcançou R\$ 2,14 trilhões. No entanto é importante analisar o intenso crescimento com parcimônia, uma vez que o segundo trimestre de 2020 concentrou os efeitos negativos decorrentes das medidas adotadas para combater a pandemia da Covid-19, constituindo um baixo nível de atividade produtiva para comparação.

**Gráfico 1** – Produto Interno Bruto – Variação do trimestre contra o mesmo trimestre do ano anterior (%) – 2º trimestre de 2021 – Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

<sup>1</sup> Mediana das projeções do crescimento do PIB brasileiro até 28 de agosto de 2021.

O bom desempenho foi observado em todos os grandes setores econômicos, com destaque para a Indústria, cujo crescimento foi calculado em 17,8% quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Entre as atividades industriais pesquisadas, as Indústrias de transformação destacaram-se (+25,8%) em função de uma melhora na fabricação de veículos automotores; de outros equipamentos de transporte; de máquinas e equipamentos; e da metalurgia de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Construção voltou a aumentar o número de pessoas ocupadas e percebeu incremento na produção de seus insumos, com uma alta de 13,1% nessa base de comparação. As Indústrias extrativas cresceram 7,0% impulsionadas pela extração de minérios ferrosos, enquanto o segmento de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (+6,7%) refletiu a melhora da atividade econômica.

Os Serviços avançaram 10,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior, a maior taxa já registrada na série histórica. As melhores performances foram observadas nos segmentos de Transporte, armazenagem e correios (+25,3%), Comércio (+20,9%) e Outras atividades de serviços<sup>2</sup> (+16,1%). Os demais segmentos que compõem o setor também registraram altas: Informação e Comunicação (+15,6%), Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (+4,1%), Atividades imobiliárias (+3,5%) e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (+1,4%).

Por fim, a Agropecuária registrou uma expansão de 1,3% em relação a igual período de 2020, repercutindo os ganhos de produção e produtividade nas lavouras de soja e de arroz. As atividades pecuárias e de produção florestal também apresentaram contribuição positivas para o setor no confronto dos segundos trimestres de 2020 e 2021.

Pela ótica da despesa, todas as contas apresentaram expansão. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) teve, novamente, o maior avanço da comparação do trimestre corrente contra igual período do ano anterior. A variação positiva de 32,9% justifica-se pelos resultados positivos registrados tanto na produção interna quanto na importação de bens de capital, assim como na construção. A alta de 10,8% no Consumo das famílias foi resultado do equilíbrio entre o impacto positivo de um efeito base e dos programas de apoio financeiro do governo<sup>3</sup> e das consequências negativas do aumento da taxa de juros e da perda do poder de compra ocasionada pela inflação. As contas de Importação (+20,2%), Exportação (+14,1%) e Consumo da Administração Pública (+4,2%) igualmente mostraram crescimento.

---

<sup>2</sup> Englobam as seguintes atividades: serviços de alojamento em hotéis e similares; serviços de alimentação; serviços profissionais, científicos e técnicos; pesquisa e desenvolvimento mercantil; aluguéis nãoimobiliários; Outras atividades de serviços administrativos; educação mercantil; saúde mercantil; serviços de artes, cultura, esporte e recreação e serviços pessoais; serviços associativos; manutenção de computadores, telefonia e objetos domésticos; e serviços domésticos.

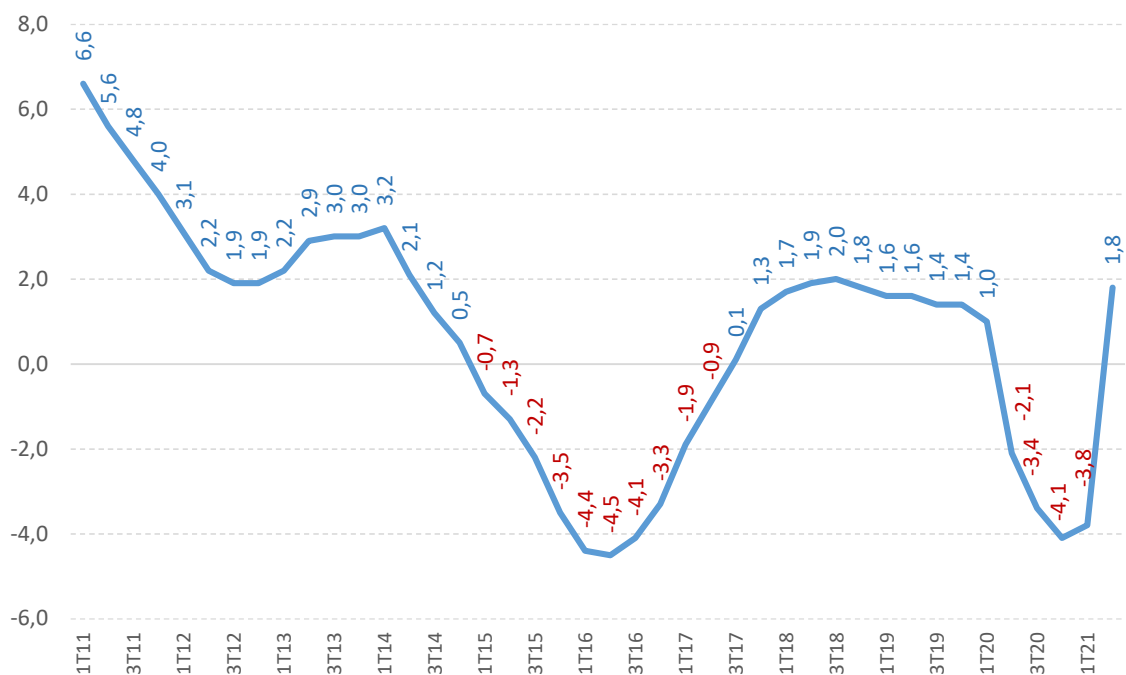
<sup>3</sup> O auxílio emergencial teve o pagamento de suas parcelas retomado em abril de 2021. Assim, o segundo trimestre foi marcado pela presença desse benefício.



## Resultado acumulado em quatro trimestres

A conjuntura marcada pelo avanço das campanhas de vacinação nacional e o conseqüente relaxamento das medidas de restrição ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de isolamento social favoreceram um maior dinamismo da economia brasileira. Assim, a melhora do nível produtivo permitiu que o PIB brasileiro acumulasse um crescimento de 1,8% nos quatro trimestres findos no segundo trimestre de 2021 em relação a igual período do ano anterior. A variação observada interrompe uma sequência de quatro resultados negativos.

**Gráfico 2** - Produto Interno Bruto – Variação acumulada em quatro trimestres contra o mesmo período do ano anterior (%) – 1º trimestre de 2011 a 2º trimestre de 2021 – Brasil

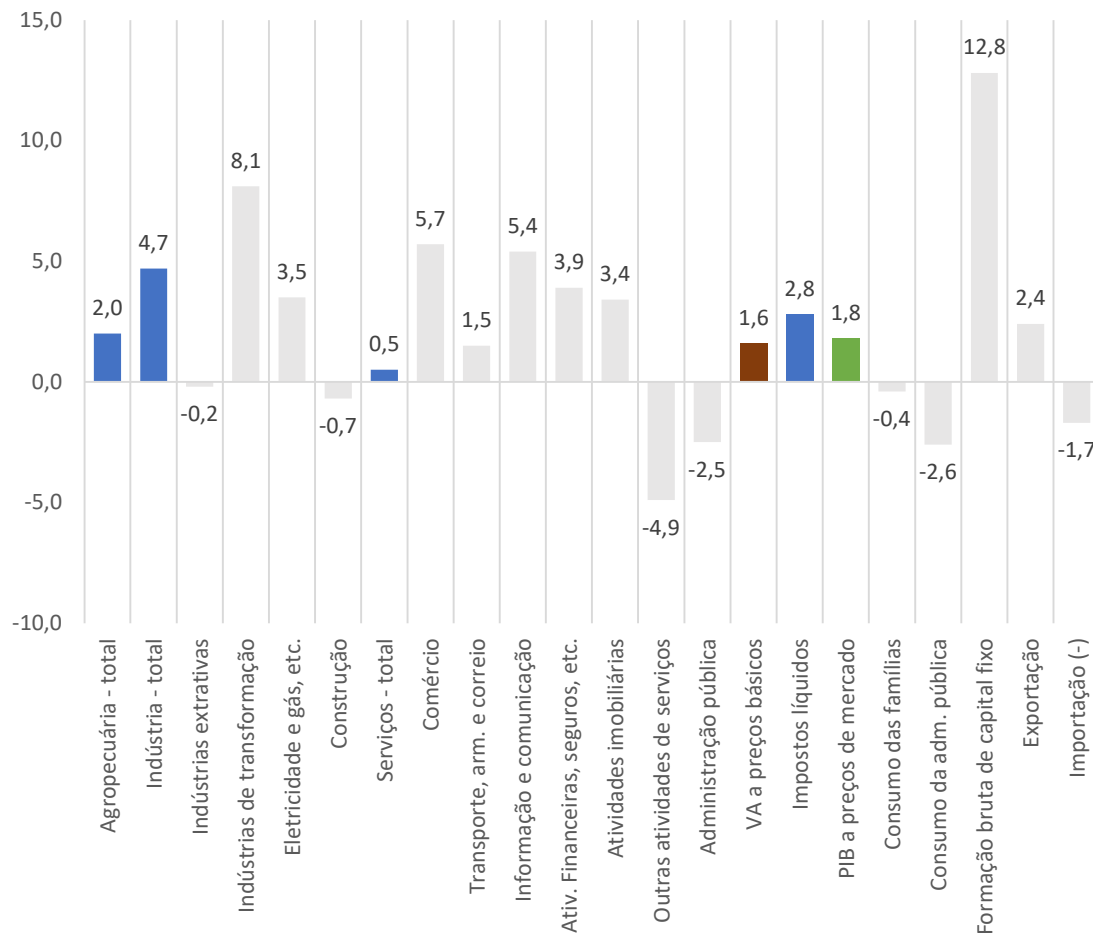


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Considerando o período entre o terceiro trimestre de 2020 e o segundo trimestre de 2021, a Indústria avançou 4,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior em decorrência das contribuições positivas dos segmentos de Indústria de transformação (+8,1%) e Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (+3,5%) (Gráfico 3). Apenas Construção (-0,7%) e Indústrias extrativas (-0,2%) tiveram desempenhos próximos à estabilidade, porém negativos.



**Gráfico 3 – Produto Interno Bruto – Variação acumulada em quatro trimestres contra o mesmo período do ano anterior (%) – 2º trimestre de 2021 – Brasil**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A atividade Agropecuária expandiu 2,0% no acumulado em quatro trimestres. Já os Serviços apresentaram uma variação positiva menos intensa (+0,5%) nessa base de comparação. Entre os segmentos de serviços, apenas Outras atividades de serviços (-4,9%) e Administração pública (-2,5%) registraram recuo no período. As maiores contribuições positivas vieram do Comércio (+5,7%), Informação e Comunicação (+5,4%), Atividades financeiras (+3,9%), Atividades Imobiliárias (+3,4%) e Transporte, armazenagem e correio (+1,5%).

Considerando a forma como os indivíduos estão alocando suas riquezas nos últimos quatro trimestres<sup>4</sup>, a FBCF novamente se destaca com uma expansão de 12,8% no período. Esse resultado é potencialmente favorável à economia por representar investimentos produtivos e, conseqüentemente, contribuir para elevar a capacidade de crescimento do país. Esse movimento, contudo, pode-se arrefecer nos próximos meses diante da escala da Selic comandada pelo

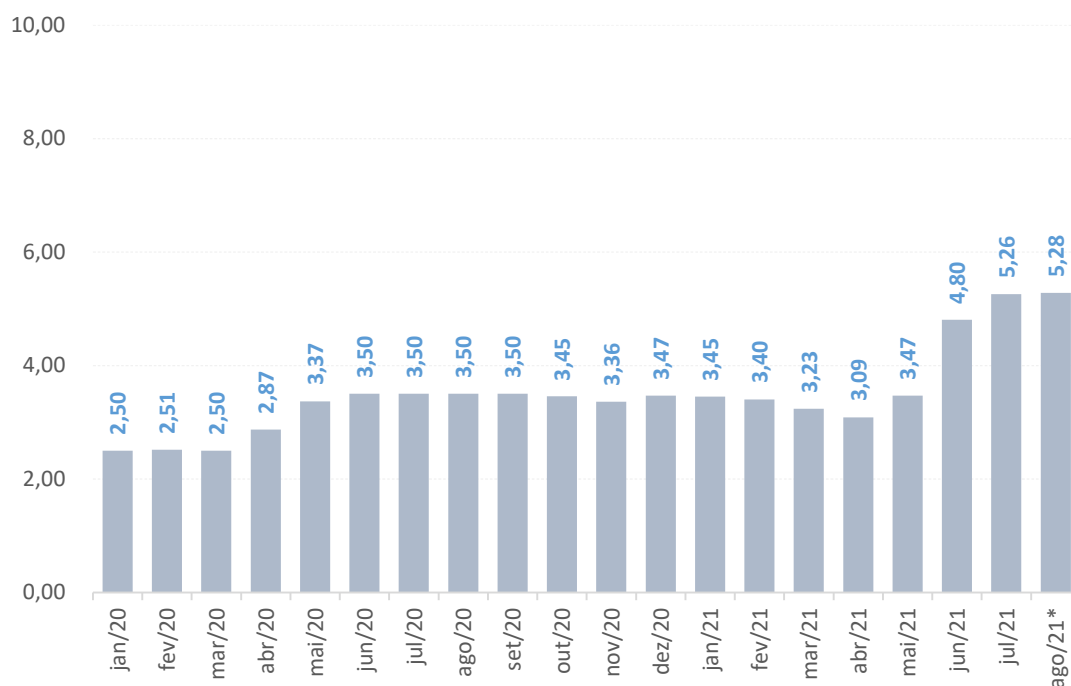
<sup>4</sup> Análise conhecida como ótica da despesa.

Comitê de Política Monetária (Copom)<sup>5</sup>. Isso porque com taxa de juros mais alta, o custo de contratação de crédito é majorado, reduzindo o ímpeto da procura por empréstimos, seja para investir, seja para consumir.

As Exportações registraram alta de 2,4% e as Importações recuaram 1,7%, cenário que favorece uma melhora do saldo da balança comercial brasileira e a acumulação de divisas pelo país nos últimos quatro trimestres. Não obstante o consumo viu-se bastante prejudicado nessa base de comparação, uma vez que tanto o Consumo das famílias (-0,4%) como o Consumo da administração pública (-2,6%) sofreram contração no acumulado de quatro trimestres.

O ritmo de recuperação econômica deve-se acelerar nos próximos trimestres de acordo com as expectativas de mercado apontadas pelo Banco Central. Isso porque a mediana das projeções de crescimento do PIB brasileiro tem-se ampliado ao longo do ano, revelando uma alta de 5,28% para 2021<sup>6</sup>. Outra vez, é preciso avaliar a intensidade da variação esperada com cautela devido ao efeito base inerente à comparação com o ano de 2020, período no qual vigorou um baixo nível de atividade produtiva.

**Gráfico 4** – Produto Interno Bruto – Mediana das expectativas de crescimento do PIB brasileiro em 2021, por mês – Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

<sup>5</sup> Em 17 de março de 2021, o Copom elevou a taxa Selic de 2,0% a.a. para 2,75% a.a.. Em 05 de maio de 2021, promoveu novo aumento, estabelecendo o patamar de 3,50% a.a. Em seguida, a taxa foi elevada para 4,25%, em 16 de junho, e para 5,25%, em 04 de agosto de 2021.

<sup>6</sup> Mediana das projeções do crescimento do PIB brasileiro até 28 de agosto de 2021.

### 3. Mercado de trabalho

O mercado de trabalho brasileiro absorveu 87,79 mil pessoas no segundo trimestre de 2021 conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de divulgação trimestral (PNADCT). Assim, o número de pessoas ocupadas cresceu 5,3% quando comparado com o segundo trimestre de 2020 e 2,5% em relação ao primeiro trimestre de 2021. Os dados também mostram um aumento da taxa de participação para 57,7% e uma taxa de desemprego de 14,1%, percentual 0,60 ponto percentual (p.p.) inferior à observada no trimestre anterior e 0,80 p.p. acima da verificada no segundo trimestre de 2020.

Considerando as vagas com carteira assinada, houve uma abertura líquida de 696,76 mil postos de trabalho no Brasil segundo os dados divulgados pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). O resultado representa uma melhora em relação a igual período do ano anterior, quando foram extintas 1,37 milhão de vagas. Cerca de 61,2% dos postos formais (426 mil vagas) foram criados no setor de Serviços. Em seguida, aparecem a Indústria (+179 mil vagas ou 25,7%) e Agropecuária (+91 mil vagas ou 13,1%). O número de admissões superior ao de desligamentos no período implica um maior grau de proteção social do mercado de trabalho.

### 4. Inflação

O nível de preços aumentou 1,68% entre abril e junho de 2021 no Brasil de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado representa uma desaceleração do ritmo de expansão da inflação em relação ao trimestre anterior quando se observou uma alta de 2,04%. Todos os grupos pesquisados apresentaram variação positiva, apontando uma maior disseminação do incremento de preços na cesta de consumo do brasileiro. A maior contribuição para esse comportamento veio do grupo de *Habituação* (+0,48 p.p.) em função do aumento do preço da *Energia elétrica residencial* que, no período, sofreu ajustes de bandeira tarifária por causa da crise hídrica que assola o país. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)<sup>7</sup> repetiu o percentual do primeiro trimestre de 2021 e ficou em 1,95%, evidenciando que a inflação foi mais intensa para as famílias de mais baixa renda.

Com a manutenção da trajetória inflacionária, a variação acumulada em 12 meses findos no segundo trimestre de 2021, tanto o IPCA (+8,35%) quanto o INPC (+9,22%) afastaram-se ainda mais do limite superior da meta estipulada pelo Banco Central para 2021 (+5,25%).

---

<sup>7</sup> O INPC analisa o comportamento dos preços para famílias com rendimento de um a cinco salários mínimos, enquanto o IPCA captura a inflação para uma gama mais ampla de famílias, avaliando aquelas com renda de um a 40 salários mínimos.

## 5. Política fiscal e monetária

O Resultado Primário do Governo Central foi de déficit de 77,86 bilhões no segundo trimestre de 2021, valor que é 81,2% inferior ao observado no mesmo período de 2020. Isso se deve, em parte, a um aumento das receitas auferidas de 73,4% nessa base de comparação concomitante a uma redução de 28,4% nas despesas totais do período. O movimento nas contas do Tesouro Nacional está relacionado, entre outros fatores, a uma melhora do nível de atividade produtiva do país, estimulando as arrecadações tributárias, pelo lado das receitas e à redução do valor concedido a título de auxílio emergencial pelo lado das despesas.

Já em termos de política monetária, houve uma decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) de intensificar o ajuste da taxa básica de juros diante da persistência da inflação no mercado brasileiro. A decisão levou em consideração o ritmo da recuperação da economia brasileira, o ciclo de valorização das commodities agrícolas, metálicas e energéticas e o crescimento do mercado externo<sup>8</sup>. Assim, a taxa de juros foi elevada 5,25% a.a. com o intuito de desestimular o consumo e o investimento a fim de controlar a ascensão dos preços internos.

---

<sup>8</sup> A melhora do cenário externo se deve à manutenção dos estímulos monetários e do avanço das campanhas de vacinação em países europeus e nos Estados Unidos.

# Seção II

## Atividade Econômica do Distrito Federal

### 1. Sumário

A economia do Distrito Federal avançou no segundo trimestre de 2021, variando +7,5% em relação ao mesmo trimestre de 2020, de acordo com os dados do Índice de Desempenho do Distrito Federal (Idecon-DF). Apesar de expansivo, o resultado foi beneficiado por uma base de comparação comprimida, e este como o primeiro trimestre a arcar integralmente com as medidas de combate à pandemia na capital federal. O desempenho do Distrito Federal foi puxado pelo crescimento do setor de *Serviços*, que expandiu 7,4% e é a principal atividade produtiva local, e reforçado pelo da *Indústria* que variou +11,2% no trimestre. Apenas a *Agropecuária* variou negativamente no trimestre, com queda de 0,8%. No acumulado entre julho de 2020 e junho de 2021, a capital federal apresenta crescimento de 1,9%. Todos os grandes setores cresceram nessa comparação, com um avanço de 4,1% da *Indústria*, 1,8% dos *Serviços* e 0,9% da *Agropecuária*. O resultado distrital foi levemente superior ao observado no cenário nacional que teve variação de +1,8%.

O bom resultado dos *Serviços* observado no Idecon-DF não se repetiu, porém, nas análises setoriais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Enquanto a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), que detalha como a pandemia influenciou o comportamento do comércio varejista ampliado do DF, apontou uma expansão de +2,1% no acumulado em 12 meses, a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) sinaliza uma contração de 4,7% no mesmo período. A performance negativa foi alavancada pelos Serviços prestados às famílias (-26,7%) que tiveram tanto a sua oferta quanto a sua demanda prejudicadas pelas medidas de combate à Covid-19 e seu reflexo sobre o poder de compra da população.

Cabe mencionar que o período compreendido entre os meses de abril e junho ainda trouxe estabelecimentos comerciais operando com restrições sanitárias e capacidade reduzida, bem como um toque de recolher em vigor na capital federal. Assim, os efeitos da pandemia sobre a renda das famílias e sua demanda por bens não essenciais ainda não se dissiparam plenamente. Ainda assim, os sinais de aquecimento econômico observados no segundo trimestre de 2021 devem-se reprisar ao longo do ano conforme as campanhas de vacinação estadual e nacional avançam.

Por fim, os indicadores auxiliares, que demonstram a relação do mercado distrital com o sistema financeiro e o exterior, indicam uma recuperação do rendimento real dos indivíduos e uma maior captação de crédito pelas pessoas físicas e jurídicas. Isso representa um aumento dos recursos disponíveis para consumo e investimentos. Já em termos de trocas internacionais, houve um aumento tanto das exportações quanto importações locais, essa última impulsionada pela compra de vacinas e outros artigos farmacêuticos.

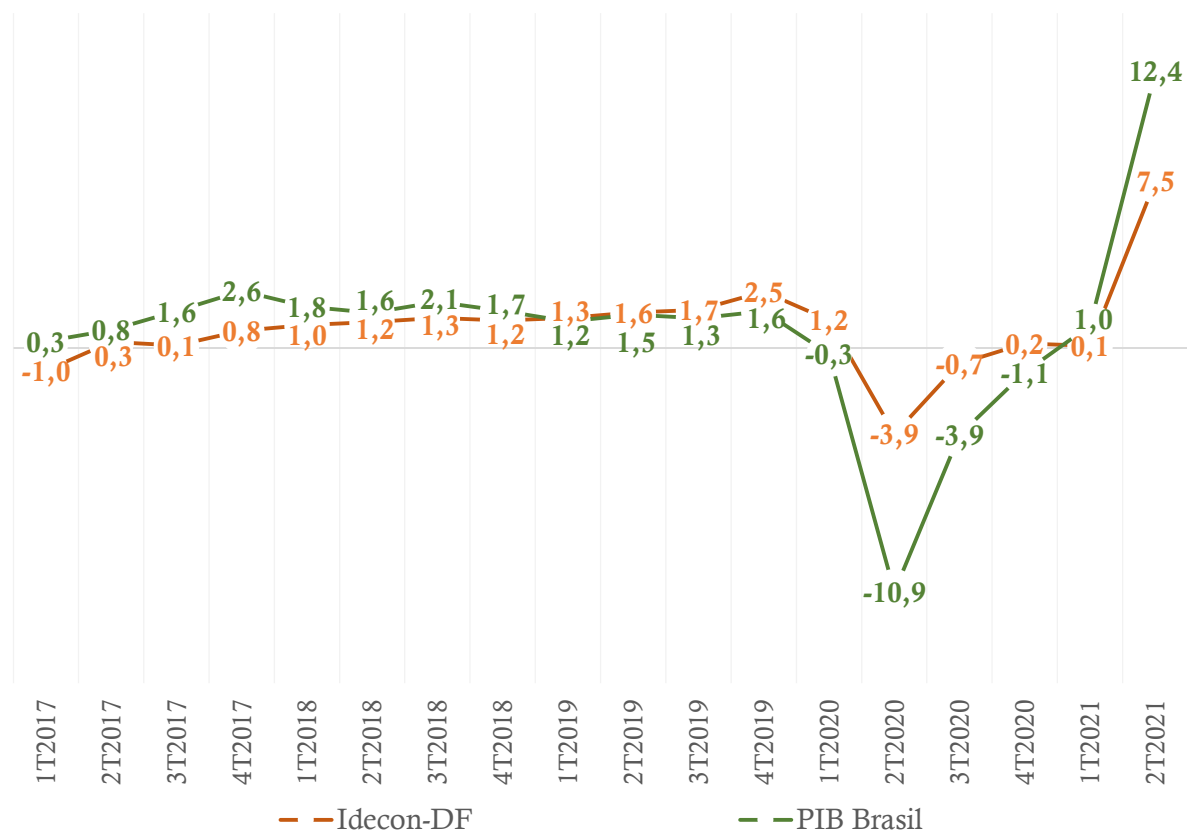
## 2. Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – Idecon-DF

### Resultado do 2º trimestre

O Distrito Federal apresentou aquecimento econômico no segundo trimestre de 2021 quando comparado ao segundo trimestre do ano anterior, intensamente afetado pelas medidas de combate à pandemia à época. O resultado do indicador foi de +7,5%, maior variação trimestral na série histórica do Idecon-DF, porém, apesar de largo, é importante destacar que esse indicador retrata mais uma base de comparação comprimida do que um crescimento expressivo na economia local entre abril e junho de 2021.

As medidas restritivas às atividades comerciais do Distrito Federal adotadas para combater a disseminação do novo coronavírus na região e que haviam passado por nova intensificação no Distrito Federal nos primeiros meses 2021 mantiveram-se em sua maioria no segundo trimestre do ano. Os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais locais, bem como sua ocupação máxima seguiram reduzidos, e o toque de recolher local permaneceu em vigor ao longo de todo o trimestre. Em contraposição a esse cenário, o avanço da vacinação produziu efeitos positivos sobre a atividade econômica, auxiliando o processo de crescimento da capital federal e o largo avanço em relação ao segundo trimestre de 2020 observado.

**Gráfico 1** – Nível de atividade econômica: PIB-Brasil e Idecon-DF – Trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – 1T2017 a 2T2021

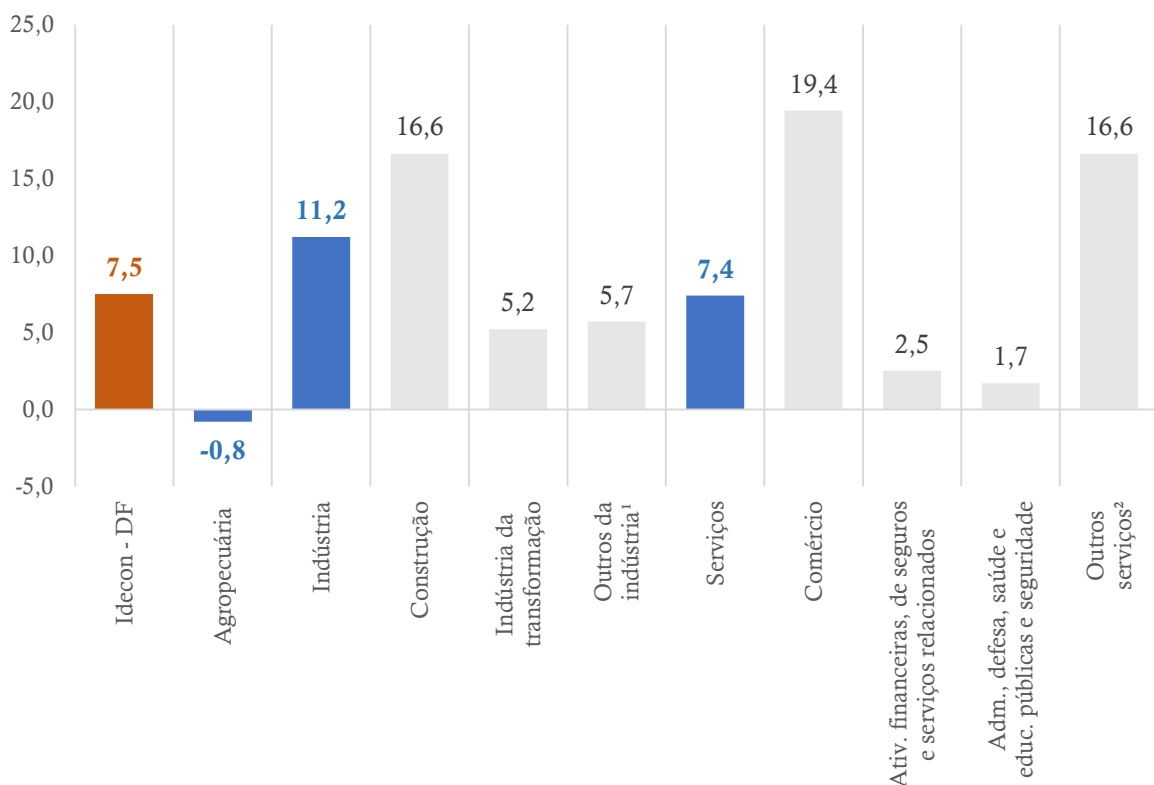


Fonte: Codeplan e IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Importante ressaltar que, mesmo sujeitas às limitações destacadas anteriormente, a pandemia afetou de forma diferente os setores produtivos da economia distrital. Setores essenciais permaneceram operando de forma mais constante, enquanto outros, como bares e restaurantes, ainda enfrentam dificuldades para retornar aos patamares pré-pandemia.

Entre os grandes setores, a *Agropecuária*, responsável pela produção de bens tão importantes como são os alimentos e que ficou salvaguardada das restrições comerciais do período, contraintuitivamente foi o único a apresentar redução na comparação com o segundo trimestre de 2020. A atividade apontou variação de -0,8%. Esse resultado é parcialmente explicado pela supersafra observada em 2020 e foi provocada predominantemente pela queda de 13,0% na produção de milho. Isso, no entanto, não teve forte influência sobre o indicador geral da região devido ao fato de esse setor não possuir grande representatividade na estrutura produtiva do Distrito Federal, colaborando com 0,5% da economia local.

**Gráfico 2 – Idecon-DF: Variação Trimestral (%) por Segmentos de Atividade Econômica – Distrito Federal – Trimestre em relação ao mesmo trimestre no ano anterior – 2T2021**



<sup>1</sup> Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

<sup>2</sup> Informação e Comunicação; Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços domésticos; Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Fonte: Codeplan. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan



A *Indústria*, por sua vez, apresentou crescimento de 11,2% em relação ao segundo trimestre de 2020. A maior contribuição veio da categoria de *Construção* (+16,6%), que havia recuado 12,5% no indicador entre abril e junho do ano anterior e passou a apresentar expansão em quatro trimestres consecutivos. O segmento merece destaque pelo fato de ser intensivo em mão de obra. Isso significa que o avanço percebido nesse indicador pode refletir positivamente sobre o mercado de trabalho local e representar um aumento no número de ocupados nessa atividade.

As *Indústrias de transformação* também registraram crescimento (+5,2%) nessa comparação, assim como os *Outros da indústria* (+5,7%). Com a retomada mais consistente das atividades econômicas locais, o consumo de eletricidade e água pelos estabelecimentos comerciais e industriais do DF tende a gradualmente retornar aos patamares observados nos anos anteriores, influenciando positivamente a performance desse último segmento.

O último setor a ser analisado, o de *Serviços*, representa 95,3% da economia do Distrito Federal e, portanto, é o de maior peso na determinação do dinamismo produtivo da região. As atividades terciárias<sup>9</sup> da capital federal avançaram 7,4% em relação ao segundo trimestre de 2020, explicando o resultado do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal.

O avanço percebido reflete, principalmente, a expansão de 19,4% do *Comércio* local. Esse segmento foi um dos mais afetados pela pandemia na capital federal, tendo recuado 19,8% no indicador trimestral entre abril e junho de 2020. A reabertura dos estabelecimentos comerciais, mesmo que ainda de forma restrita, e o gradual retorno da confiança dos consumidores com o avanço da campanha de vacinação local favoreceu a primeira variação positiva do segmento desde o primeiro trimestre de 2019.

O mesmo comportamento pode ser observado entre os *Outros serviços*, categoria que engloba segmentos como restaurantes, eventos esportivos e culturais e cinemas, entre outros. Os *Outros serviços* apresentaram crescimento de 16,6% no segundo trimestre de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020, novamente sendo este a primeira variação positiva desde antes da pandemia.

Já as *Atividades financeiras, de seguros e de serviços relacionados* apontaram variação positiva, porém menos intensa na comparação com igual trimestre do ano anterior (+2,5%). Isso pode estar associado à menor sensibilidade do segmento às medidas de combate à pandemia local, uma vez que esses serviços apontam consecutivas expansões no indicador trimestral desde o final de 2017. Adicionalmente, o segundo trimestre presenciou a escalada da taxa de juros, Selic, o que encareceu relativamente o crédito e desestimulou a sua contratação. Por fim, houve também uma expansão (+1,7%) da *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* no segundo trimestre de 2021.

---

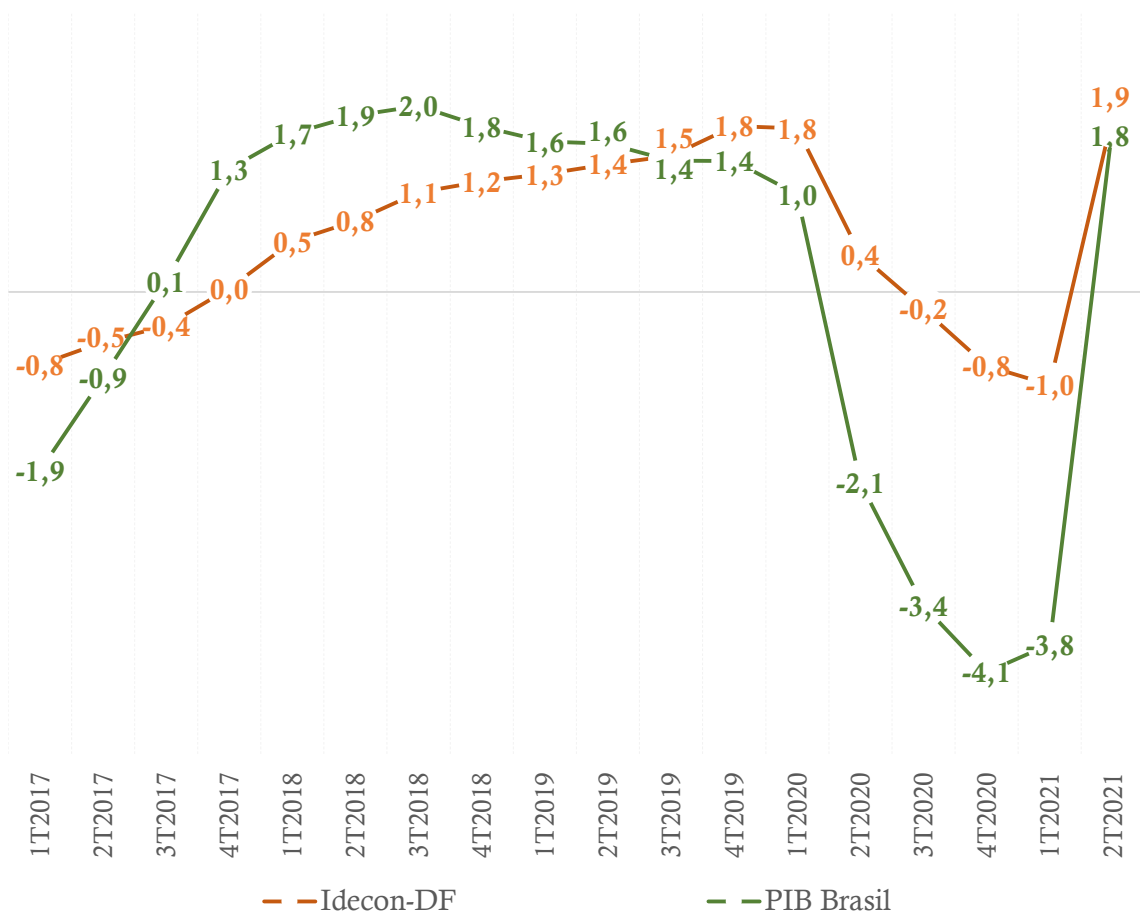
<sup>9</sup>Setor terciário (também conhecido como setor de serviços) é aquele que engloba as atividades de serviços e comércio de produtos.

### Acumulado em quatro trimestres

O Idecon-DF apresentou uma expansão de 1,9% em suas atividades econômicas no período entre julho de 2020 e junho de 2021. É a maior variação acumulada em quatro trimestres desde 2014, encerrando o trimestre acima da variação observada no cenário nacional, de 1,8%.

Esse resultado representa indícios positivos para a economia local, uma vez que atividade econômica distrital recuou menos do que a brasileira no indicador entre o segundo trimestre de 2020 e o primeiro de 2021 e apresentou um crescimento levemente maior no segundo trimestre de 2021, como mostrado no Gráfico 3. Esse indicador pode ser visto como uma medida da recuperação da economia do Distrito Federal após o choque inicial provocado pela pandemia, que levou à suspensão de diversas atividades comerciais.

**Gráfico 3** – Nível de atividade econômica: PIB-Brasil e Idecon-DF – Taxa acumulada em quatro trimestres contra igual período do ano anterior – 1T2017 a 2T2021



Fonte: Codeplan e IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A análise mais detalhada por setor produtivo, com base nos percentuais apresentados no Gráfico 4, revela que todos os grandes setores econômicos apresentaram crescimento no indicador acumulado em quatro trimestres. A *Agropecuária*, impulsionada pela elevada taxa de câmbio, que favorece a exportação desses bens, avançou 0,9% na análise. O resultado foi sustentado por altas na produção de 6,4% na safra de soja e de 29,1% na de sorgo, que superaram a queda de 2,6% na colheita de milho.

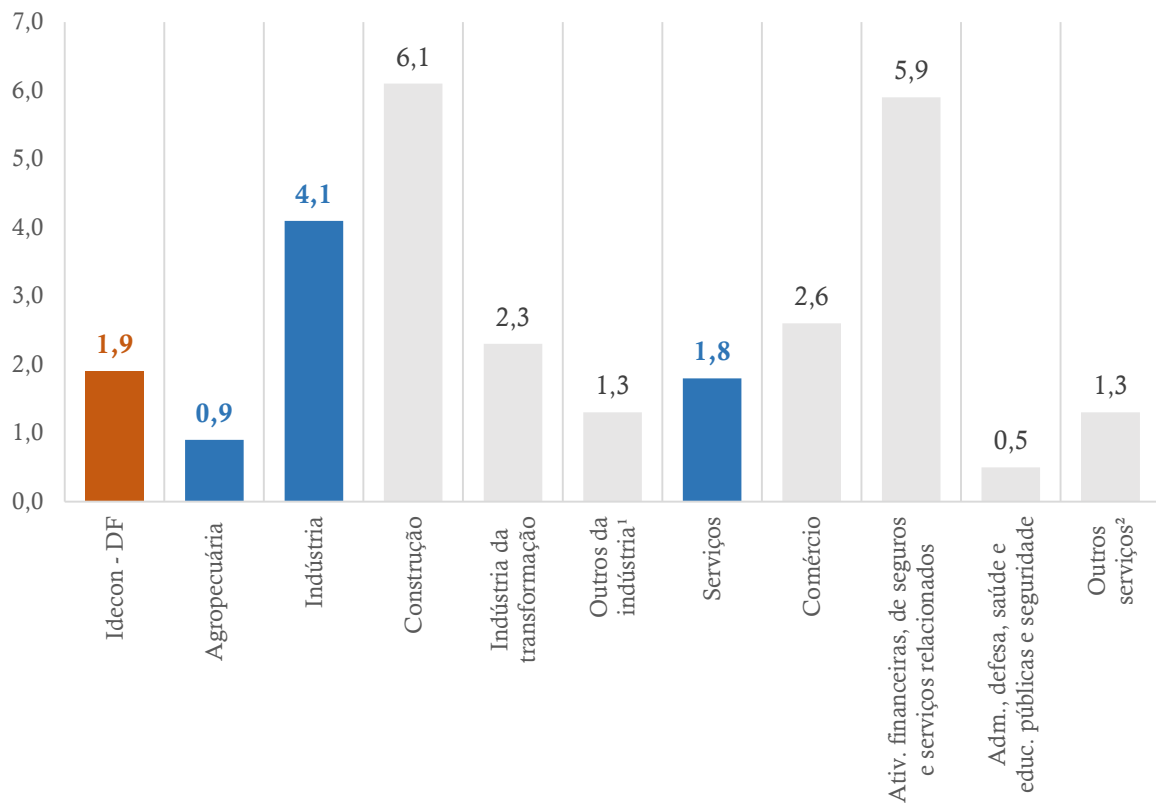
A *Indústria* apresentou expansão de 4,1% na taxa acumulada em quatro trimestres, com crescimento em todos seus segmentos. Entre eles, destaca-se a *Construção* que avançou 6,1% no indicador acumulado em quatro trimestres no segundo trimestre de 2021, revertendo a trajetória de queda dos últimos quatro trimestres. Já a *Indústria da transformação* variou +2,3%, enquanto o segmento de *Outros da indústria* cresceu 1,3%.

O setor de *Serviços* apontou crescimento de 1,8% nessa base de comparação. As *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (+5,9%) seguem sua trajetória crescente iniciada no segundo trimestre de 2018, associada aos saldos de crédito historicamente elevados no Distrito Federal. Já o *Comércio*, um dos segmentos mais afetados pela pandemia e que havia recuado 7,2% no indicador acumulado em quatro trimestres no trimestre anterior, apontou expansão de 2,6% entre julho de 2020 e junho de 2021, trazendo sinais positivos para a economia local. Os *Outros serviços* (+1,3%) e a *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* (+0,5%) também apontaram resultado positivo.

O panorama descrito pelo Idecon-DF evidencia que a pandemia do novo coronavírus teve importante papel na desaceleração recente do ritmo de atividade da economia, levando a uma base de comparação bastante comprimida. Ainda assim, as importantes expansões da *Indústria* e dos *Serviços* no segundo trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020 representam um importante avanço da economia distrital, fortalecendo os sinais de recuperação.

Os percentuais positivos observados em todos os setores e segmentos da atividade econômica ao longo de quatro trimestres de pandemia pintam um quadro ainda mais otimista. Os efeitos da pandemia continuam a ser sentidos ao longo de todo o primeiro semestre de 2021, com intensificações pontuais nas restrições de operação de estabelecimentos comerciais e instituição de um toque de recolher na capital federal. Apesar disso, a atividade econômica local encontrou espaço para crescer, trajetória essa que se deve manter nos próximos trimestres conforme as campanhas de vacinação estadual e nacional avançam e as medidas restritivas são relaxadas.

**Gráfico 4 – Idecon-DF: Variação acumulada em quatro trimestres (%) por segmentos de atividade econômica – Distrito Federal – Variação do período ante mesmo período do ano anterior – 2T2020**



<sup>1</sup> Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

<sup>2</sup> Informação e Comunicação; Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços domésticos; Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Fonte: Codeplan. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Para auxiliar o entendimento dos resultados no trimestre, analisam-se, em seguida, indicadores conjunturais sobre o comércio e o setor de serviços não financeiros, bem como parâmetros auxiliares de crédito e comércio exterior.

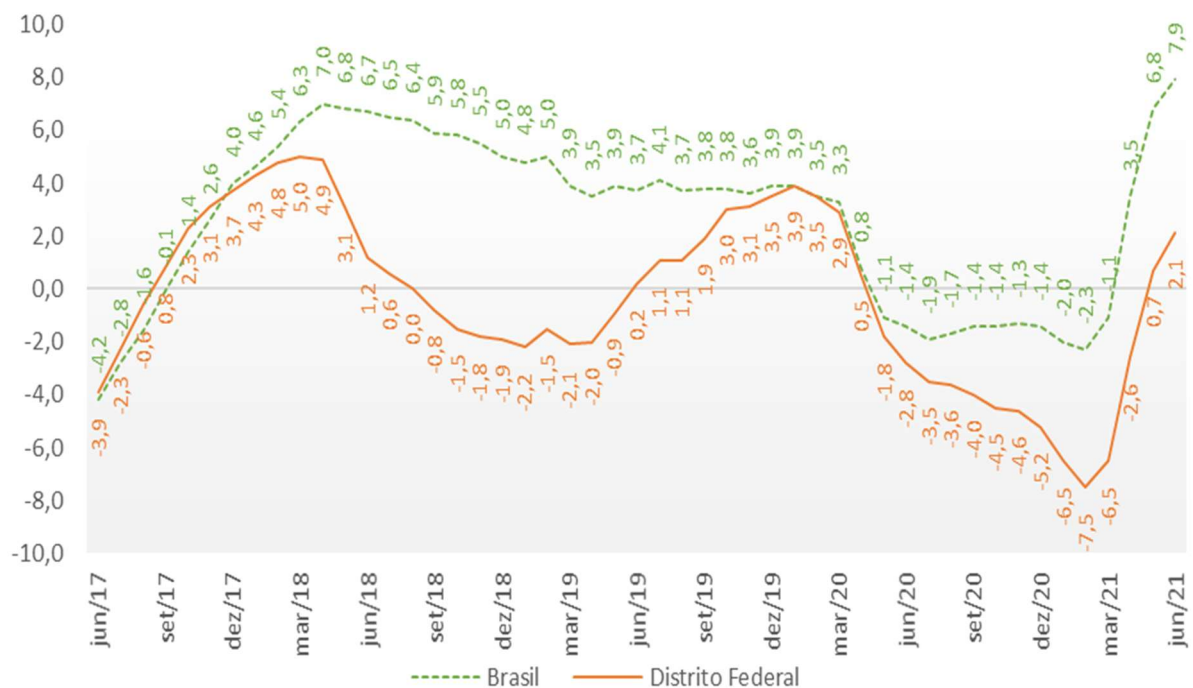
### 3. Comércio

O Distrito Federal fechou o segundo trimestre de 2021 com uma expansão acumulada em 12 meses de 2,1% em seu volume de vendas no comércio varejista ampliado. O resultado, que captura o período entre julho de 2020 e junho de 2021, aponta indícios de recuperação do comércio da capital federal após a gradual reabertura econômica local a partir do segundo semestre de 2020. Esse índice é beneficiado pela saída dos meses de abril e maio de 2020 da análise, que haviam sido duramente afetados pela pandemia no Distrito Federal.

O crescimento do comércio no segundo trimestre reflete não apenas o aumento das vendas pela reabertura e maior contratação de lojas e estabelecimentos, mas, também, pela recuperação do poder de compra da população com o recuo da taxa de desemprego na região. O percentual, divulgado pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE é menor que a média nacional (7,9%) para o segundo trimestre de 2021.

Como mostrado no Gráfico 5, a variação do comércio do Distrito Federal acumulada em 12 meses apresentou consecutivas retrações a partir de abril de 2020, conforme os meses de 2019 foram saindo do indicador e substituídos pelos de 2020, afetados pela pandemia. A partir de março de 2021, porém, esse comportamento reverteu-se, e o indicador passou a apresentar rápida evolução conforme o primeiro semestre de 2020 saía da análise. No cenário nacional, observou-se um comportamento semelhante, porém com queda menos intensa, encerrando os primeiros seis meses de 2021 com expansão de 7,9%. Assim, a contração percebida pelo Distrito Federal nas atividades classificadas como comércio varejista ampliado entre julho de 2020 e junho de 2021 contra igual período do ano anterior ficou 5,8 p.p. abaixo da observada em nível nacional.

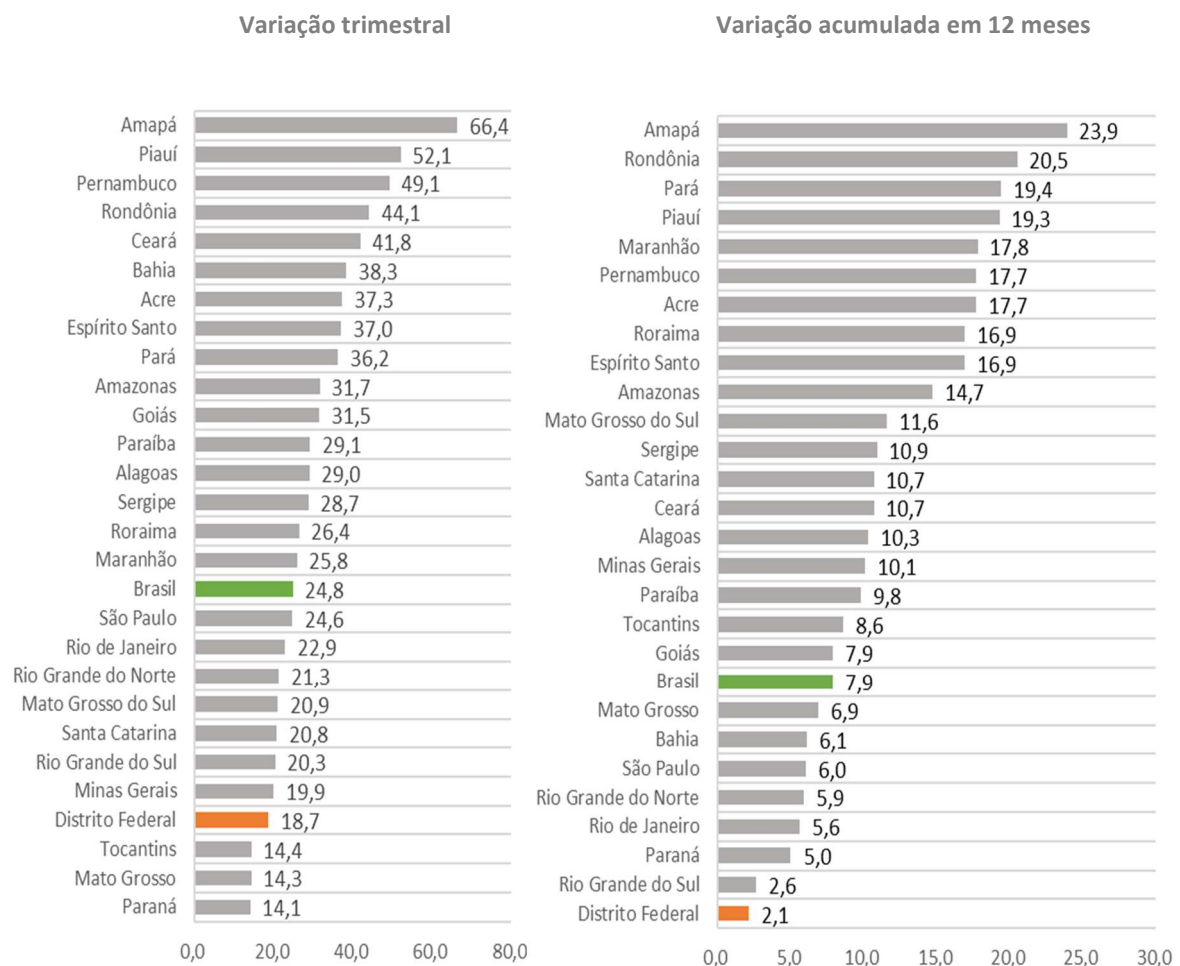
**Gráfico 5** - Variação acumulada em 12 meses do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado - (%) - Brasil e Distrito Federal - junho de 2017 a junho de 2021



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Essa diferença é observada também na comparação com as demais unidades federativas brasileiras (Gráfico 6). No segundo trimestre de 2021, o Distrito Federal foi a quarta UF com a menor variação em seu volume de vendas no comércio varejista ampliado, apresentando uma expansão de 18,7% no indicador. O resultado nacional foi de +24,8%. Já no resultado acumulado em 12 meses, a capital federal ficou na última colocação, apontando o menor crescimento entre as UFs brasileiras. Ainda assim, é importante destacar que, em ambos os casos, a variação observada na capital federal foi positiva, assim como ocorreu em todos os estados, ilustrando a recuperação econômica nacional em relação aos primeiros meses de pandemia.

**Gráfico 6 – PMC: Volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado – Variação trimestral e acumulada em 12 meses – (%) – Brasil e Unidades Federativas – junho de 2021**

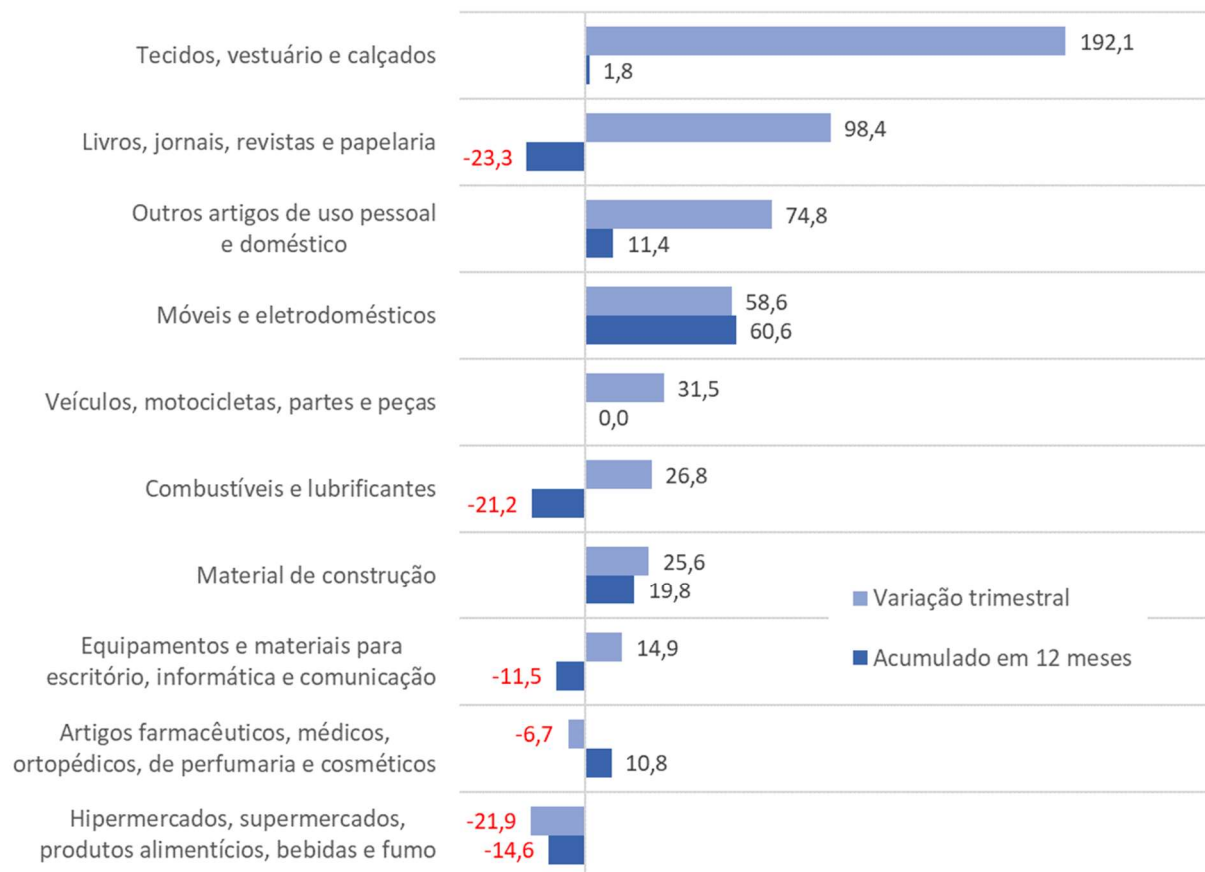


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan



Quando os segmentos são analisados separadamente, é possível perceber que apenas dois dos dez acompanhados pelo IBGE apresentaram retração em seus volumes no segundo trimestre de 2021, corroborando o bom resultado entre as atividades produtivas locais (Gráfico 7).

**Gráfico 7 – Variação do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado, por segmentos – Variação acumulada no ano e em 12 meses – (%) – Distrito Federal – junho de 2021**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O principal destaque do período é o segmento de *Tecidos, vestuário e calçados* (+192,1%), um dos mais afetados no início da pandemia. Quando comparados apenas os meses de abril de 2020 e de 2021, observa-se um volume mais de 16 vezes maior comercializado no Distrito Federal no ano corrente. Na comparação do segundo semestre de cada ano, esse valor cai para pouco menos de três vezes, ainda muito intenso. Dessa forma, a variação acumulada em 12 meses do segmento (+1,8%) foi positiva em junho pela primeira vez desde agosto de 2019.



Os *Livros, jornais, revistas e papelaria* (+98,4%), *Combustíveis e lubrificantes* (+26,8%) e *Equipamentos e materiais para escritório* (+14,9%) merecem menção por ainda não terem se recuperado das perdas sofridas durante o primeiro ano de pandemia na capital federal. Apesar do bom resultado dos três segmentos no segundo semestre de 2021, eles ainda apresentam retrações no indicador acumulado em 12 meses (-23,3%, -21,2% e -11,5%, respectivamente).

Entretanto, os *Móveis e eletrodomésticos* (+58,6%) e o *Material de construção* (+25,6%) se destacam pela sua maior resiliência às medidas de combate à pandemia implementadas na capital federal, por incluírem produtos essenciais à migração para modelos de trabalho remoto ou serem considerados atividades essenciais. Assim, essas categorias mantêm um bom resultado nos últimos 12 meses (+60,6% e +19,8%).

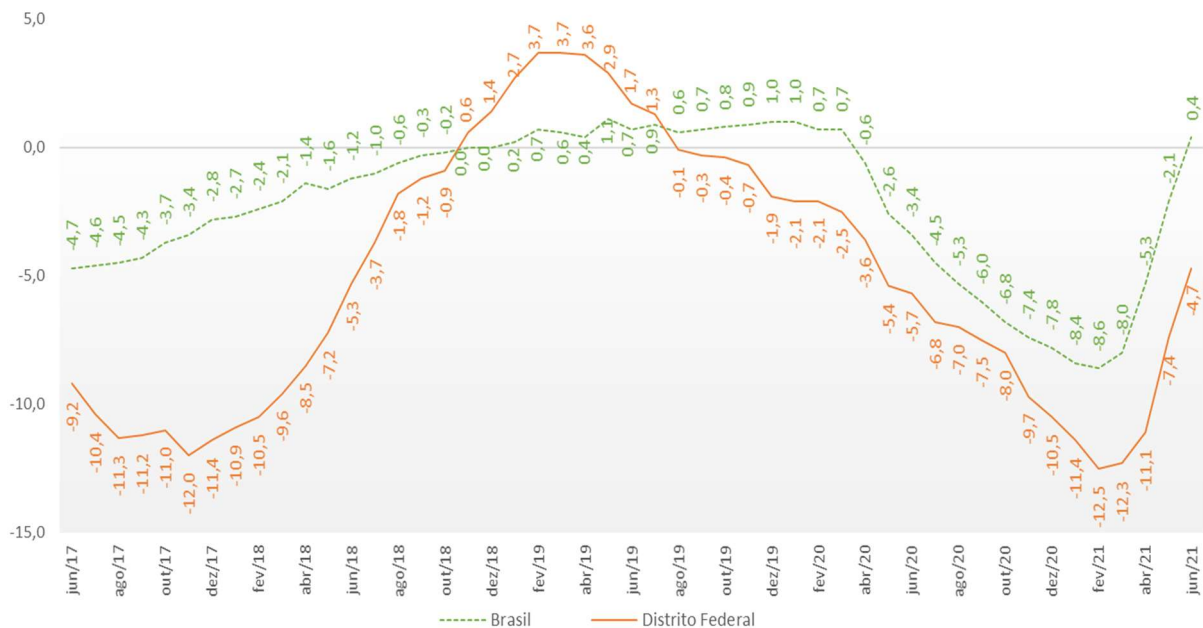
Finalmente, os *Hipermercados e supermercados* (-21,9%) e os *Artigos farmacêuticos* (-6,7%) foram os dois segmentos a recuar no trimestre. Esses produtos apresentaram comportamento oposto ao observado em segmentos como *Tecidos, vestuário e calçados* ou *Combustíveis e lubrificantes*, com seu volume comercializado crescido nos primeiros meses de pandemia no Distrito Federal conforme a demanda das famílias por alimentos e medicamentos crescia rapidamente. Isso fez com que a base de comparação se tornasse grande e, conseqüentemente, quando o ritmo consumo voltou ao normal, que as despesas com esses produtos se tornassem relativamente menores.

#### **4. Serviços**

O volume de serviços oferecidos na capital do país, em queda desde o início de 2019, apresentou uma abrupta reversão em sua trajetória recente no segundo trimestre de 2021. Semelhantemente à PMC, houve uma clara recuperação do indicador entre abril e junho de 2021 conforme os resultados dos mesmos meses do ano anterior foram retirados da análise. Assim, o bom resultado dos serviços, beneficiado por uma base de comparação fraca, levou o setor a acumular uma queda de 4,7% entre julho de 2020 e junho de 2021, ante os -12,3% observados no final do trimestre anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), também divulgada pelo IBGE (Gráfico 8).

Ainda de acordo com o Gráfico 8, é possível perceber que o nível de atividade dos serviços no Distrito Federal encontra-se abaixo do comportamento médio do país, retratado pelo volume de serviços calculado para o Brasil, que passou a apresentar crescimento (+0,4%) pela primeira vez desde o primeiro trimestre do ano anterior. Ainda que o indicador mostre resultados modestos, é possível observar uma clara trajetória de crescimento tanto em nível nacional quanto distrital.

**Gráfico 8 – Variação acumulada em 12 meses do volume de serviços – (%) – Brasil e Distrito Federal – junho de 2017 a junho de 2021**



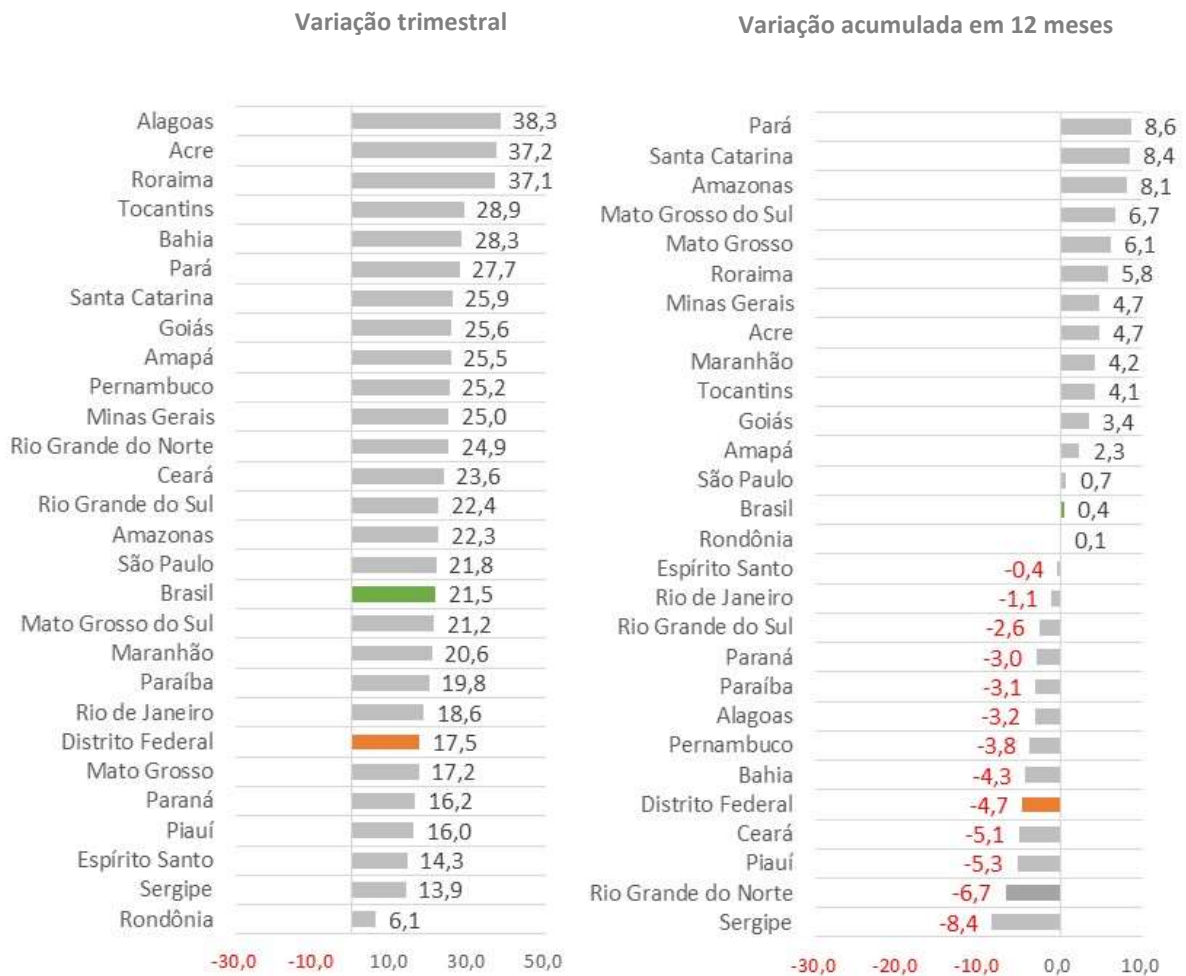
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Vale mencionar que a recuperação do volume de serviços foi generalizada no Brasil. Como observado no Gráfico 9, no indicador acumulado em 12 meses, 14 das 27 UFs apresentaram expansão do seu volume de serviços. No final do trimestre anterior, eram apenas quatro. Todas as unidades federativas apontaram melhora no seu volume de serviços no segundo trimestre do ano, com o Distrito Federal saindo de um indicador acumulado em 12 meses de -12,3%, em março, para -4,7% em junho.

Ainda assim, a capital federal observou a sexta menor variação trimestral (+17,5%) no país, ficando abaixo da média nacional de 21,5%. Dessa forma, a expansão dos serviços locais observada entre julho de 2020 e junho de 2021 não foi capaz de reverter o desempenho ruim da capital federal, que ficou no quinto lugar entre as maiores contrações no acumulado em 12 meses.

Para uma análise mais detalhada do volume de serviços distrital, é preciso avaliar o impacto sobre cada grupo de serviço prestado no mercado local. No Gráfico 10, é possível perceber que apenas uma das cinco categorias monitoradas – os *Serviços de informação e comunicação* – apresentou retração no segundo trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, corroborando o crescimento apontado no indicador trimestral. Os bons resultados no período, porém, foram incapazes de reverter a trajetória recente de contração das atividades de serviços locais, com quatro segmentos apontando retração no seu volume nos últimos 12 meses.

**Gráfico 9 – PMS: Volume de Serviços – Variação trimestral e em 12 meses – (%) – Brasil e Unidades Federativas – junho de 2021**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Os *Outros serviços* foram a única atividade de serviços que cresceu tanto no trimestre (+19,6%) quanto no indicador acumulado em 12 meses (+6,6%). Esse segmento aparece como o menos afetado pela pandemia no Distrito Federal, mantendo-se positivo nessa segunda métrica ao longo de todo o ano de 2020, enquanto as demais atividades acumulavam importantes contrações.

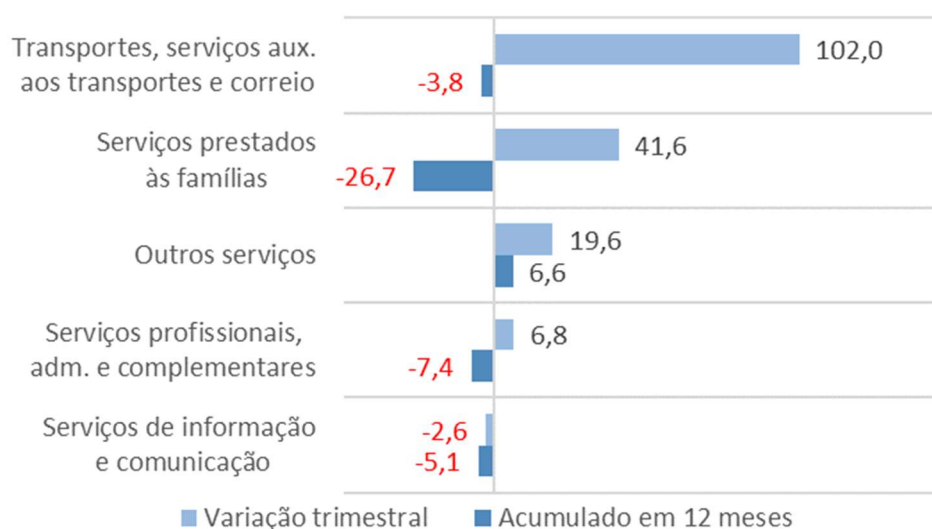
Em seguida, destacam-se os segmentos que tiveram bom resultado no trimestre, mas não intenso o suficiente para reverter as perdas observadas ao longo dos últimos 12 meses. Os *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* tiveram o maior crescimento no segundo trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, mais do que dobrando nessa base de comparação (variação de +102,0%).

Seja pela instituição do regime de teletrabalho, pelo respeito ao isolamento social, pela restrição de circulação entre cidades, estados e países, seja simplesmente pela falta de confiança em frequentar estabelecimentos comerciais e locais públicos, houve uma brusca redução das necessidades de deslocamento com a pandemia do novo coronavírus, impactando a demanda pelo serviço de transporte no segundo trimestre de 2020. No mesmo período de 2021, porém, as menores restrições comerciais significaram um volume consideravelmente maior de serviços ofertados nesse segmento. Ainda assim, o segmento acumula contração de 3,8% nos últimos 12 meses.

Os *Serviços prestados às famílias* seguem trajetória semelhante. Essa categoria avalia a procura por serviços de alojamento (hotéis, albergues, pousadas), de alimentação (self-services, restaurantes, pizzarias, food trucks, buffets etc.), e por serviços mais gerais como academias, teatros, eventos culturais e esportivos, casas de cultura, entre outros. Justamente pelas características intrínsecas às atividades desempenhadas, esse grupo de serviços foi impedido de manter a sua rotina normal em 2020. No segundo trimestre de 2021, esses estabelecimentos já estavam de volta à operação, embora ainda sujeitos a restrições de horário e lotação, explicando seu crescimento de 41,6% no trimestre. O resultado em 12 meses, porém, ainda é de -26,7%, ilustrando o quanto essa atividade foi afetada pela pandemia no Distrito Federal.

Por fim, os *Serviços de informação e comunicação* (+6,8%) encerram a lista de atividades de serviço que cresceram no trimestre, porém não de forma intensa o suficiente para reverter sua contração ao longo dos últimos 12 meses (-7,4%).

**Gráfico 10 – PMS: Volume de Serviços – Variação acumulada no ano e em 12 meses – (%) – Segmentos de Serviços – Distrito Federal – junho de 2021**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Com base nos dados levantados nesse capítulo, é possível afirmar que a pandemia continua a ser o principal fator conjuntural que está influenciando o resultado do comércio e dos serviços na capital federal. Apesar das perspectivas alentadoras observadas em ambas as pesquisas setoriais do IBGE no segundo trimestre de 2021, é importante destacar que a abrupta contração observada na economia local entre abril e junho de 2020 levou a uma base de comparação fraca, inflando os resultados trimestrais das pesquisas. De fato, no indicador acumulado em 12 meses, grande parte dos segmentos comerciais e de serviços, assim como o volume total de ambos os setores se encontram ainda em queda no Distrito Federal.

A gradual expansão da campanha de vacinação da capital federal e o consequente retorno da confiança da população em frequentar estabelecimentos comerciais, bem como a recuperação do rendimento das famílias podem levar a uma melhora dos indicadores de comércio e serviços para a região no segundo semestre do ano.

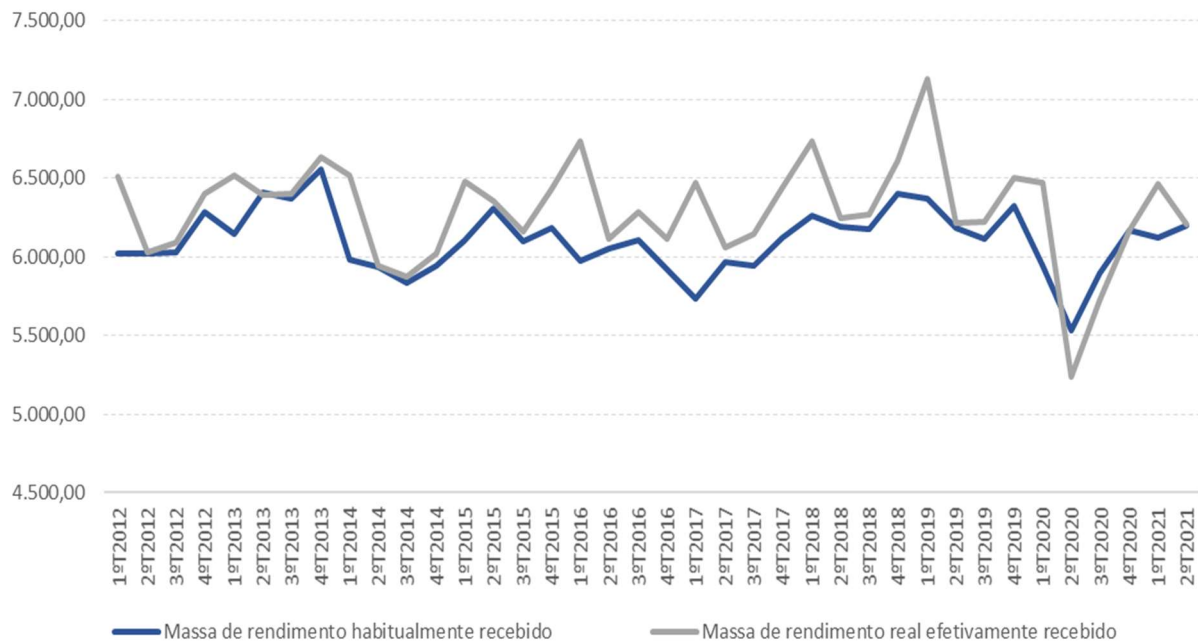
## **5. Indicadores auxiliares**

Um contraste positivo aos bons resultados trimestrais observados no comércio e nos serviços locais vem da massa de rendimentos efetivamente recebidos do Distrito Federal. Essa massa recuou 4,0% em relação aos primeiros três meses de 2021, revertendo sua trajetória recente de consecutivos crescimentos e encerrando o trimestre no valor de R\$ 6,20 bilhões (Gráfico 11). Esse comportamento, porém, é parcialmente esperado dada a sazonalidade da série, uma vez que houve retração na massa salarial efetiva entre o primeiro e o segundo semestres do ano em todos os anos da pesquisa (iniciada em 2012). Quando comparado ao segundo trimestre de 2020, observa-se um crescimento de 18,4%.

Assim, a comparação trimestral da massa salarial demonstra uma clara recuperação do potencial de consumo das famílias locais. Devido à incerteza econômica vivenciada atualmente, os indivíduos tendem a conter seus gastos e a poupar, mas uma recuperação sustentada de seus rendimentos é um passo essencial para a retomada da demanda local. Essa recuperação é duplamente importante dada a interrupção do auxílio emergencial do governo federal no primeiro trimestre do ano, tendo sido renovado com um valor inferior em abril de 2021. De certa forma, esses recursos transferidos às famílias do DF ajudavam a manter o consumo mínimo de bens e serviços e, assim, seu retorno pode explicar alguma parte da recuperação observada nos indicadores da PMC e da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).



**Gráfico 11 – PNADC Trimestral: Massa de rendimento real de todos os trabalhos habitualmente e efetivamente recebidos no mês de referência – (Milhões de Reais) – Distrito Federal – 1T2012 a 2T2021**



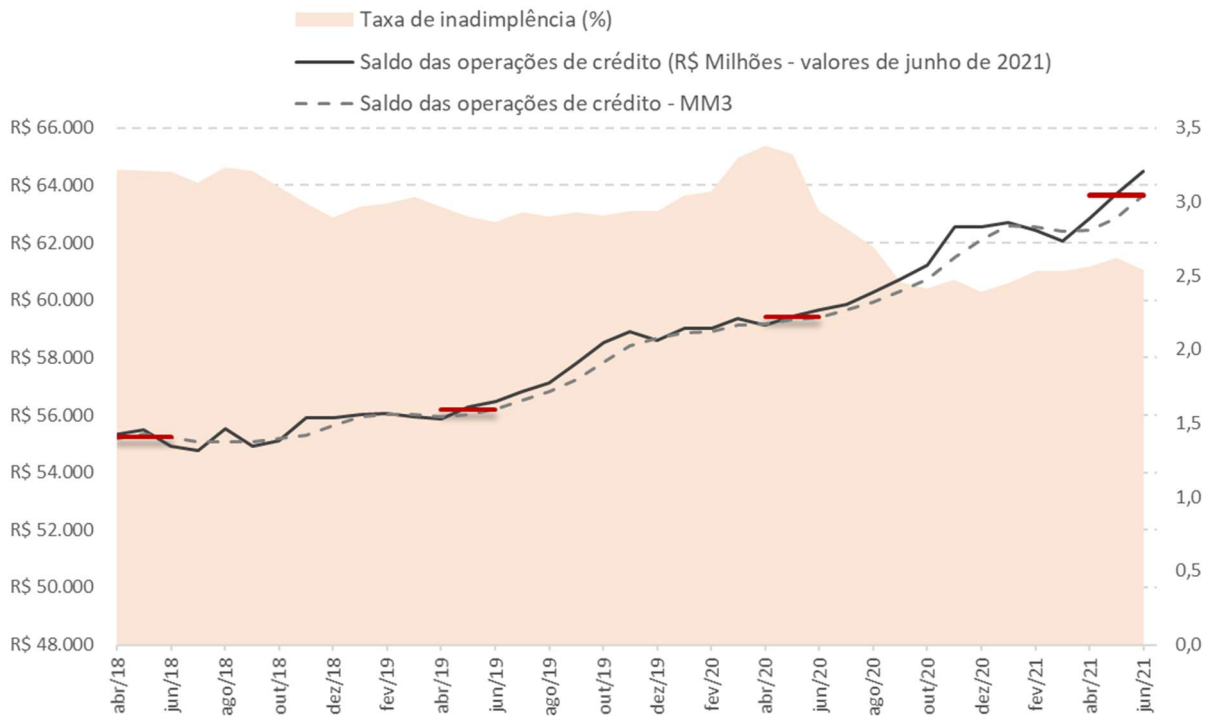
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Outro indicador importante na economia é a taxa Selic, a taxa básica de juros brasileira, que passou por sucessivos aumentos ao longo do segundo trimestre de 2021. A taxa passou de 2,75%, em abril, para 3,50%, no dia 5 de maio, e para 4,25% no dia 16 de junho. Com isso, o Banco Central agiu para reduzir a liquidez da economia, encarecendo a contratação de crédito para pessoas físicas e jurídicas. Tais medidas se tornam necessárias dado a gradual recuperação da economia e às pressões inflacionárias.

No tocante aos indivíduos, é possível acompanhar a evolução do saldo de crédito concedido a pessoas físicas no Distrito Federal em valores reais. Conforme apresentado no Gráfico 12, verifica-se que, no segundo trimestre de 2021, o saldo médio trimestral de crédito contratado foi de R\$ 63,67 bilhões, o que significa um aumento de 7,2% em relação aos R\$ 59,41 bilhões contratados entre abril e junho de 2020. Essa evolução representa um aumento de recursos circulando na economia local e, por isso, pode ser interpretada como uma expansão do potencial de consumo local.

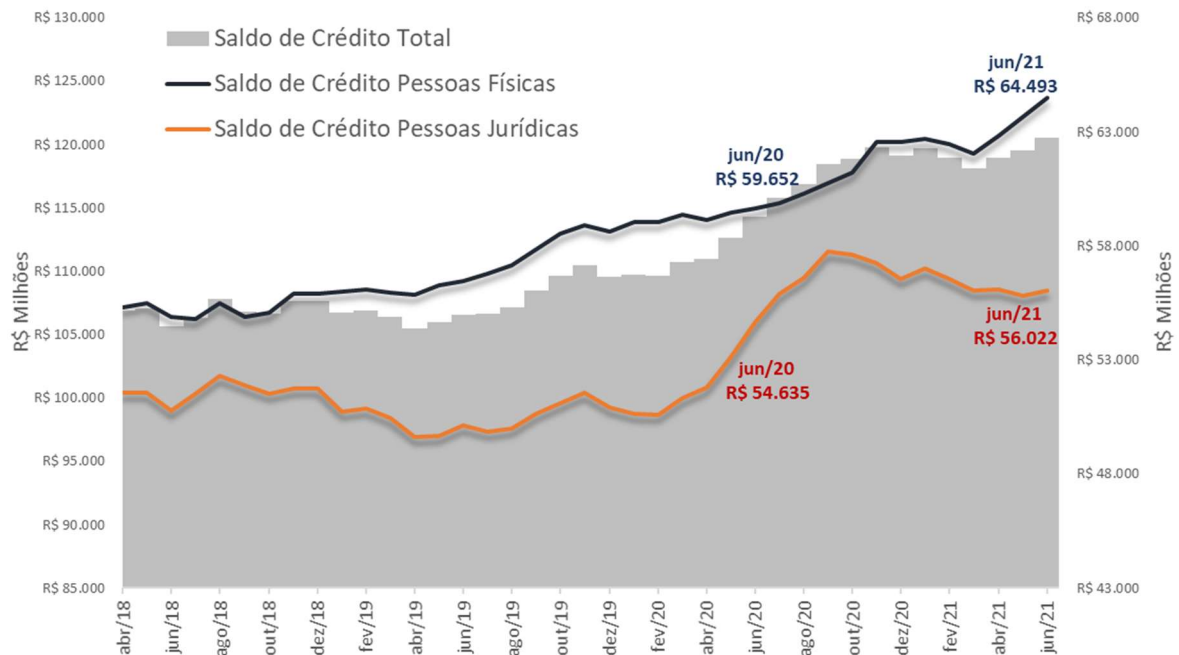
A taxa de inadimplência também é um importante indicador da saúde financeira das famílias. No Distrito Federal, essa taxa encerrou o segundo trimestre de 2021 em 2,54%, próxima ao patamar historicamente baixo de 2,53% observado no final do trimestre anterior. Isso indica que, apesar da alta na contratação de crédito, as famílias locais estão conseguindo saldar suas dívidas e, portanto, não estão comprometendo a sua renda e o seu consumo futuro.

**Gráfico 12 – Saldo de crédito a pessoas físicas (R\$ valores a preços de junho de 2021) e taxa de inadimplência de pessoas físicas (%) – abril de 2018 a junho de 2021 – Distrito Federal**



Fonte: BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

**Gráfico 13 – Saldo das operações de crédito (R\$ valores a preços de junho de 2021) – pessoas físicas e pessoas jurídicas – abril de 2018 a junho de 2021 – Distrito Federal**



Fonte: BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

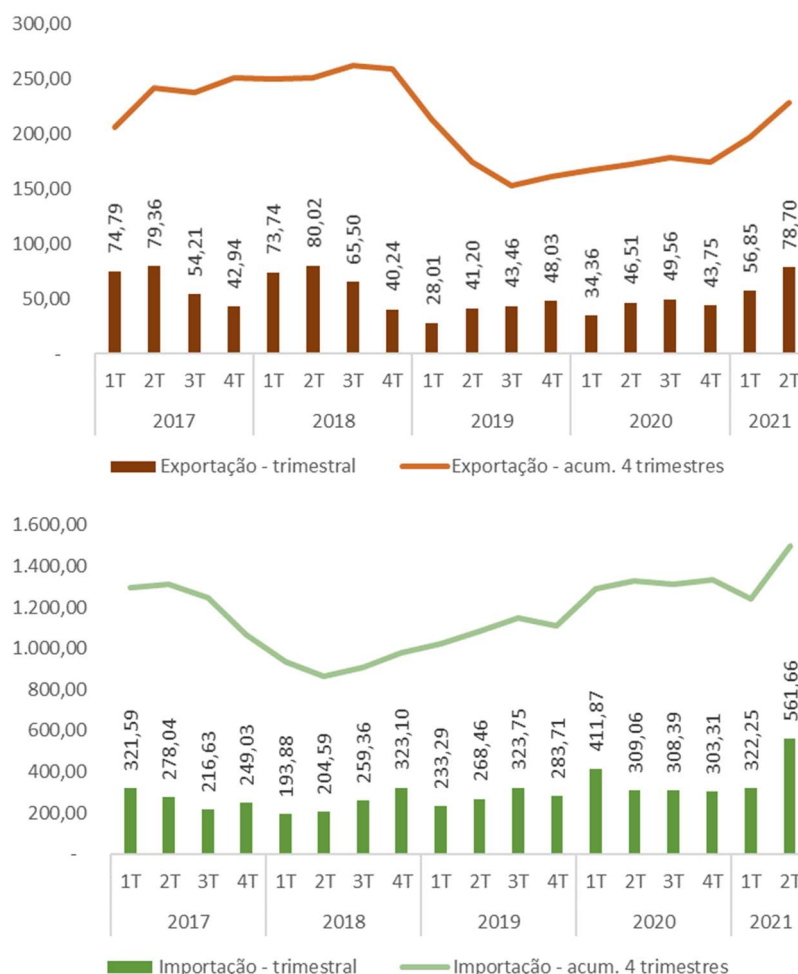


Em relação às pessoas jurídicas, a tendência de queda observada nos primeiros meses de 2021 estabilizou-se ao longo do segundo trimestre. O saldo concedido às pessoas jurídicas foi de R\$ 56,02 bilhões em junho, apresentando estabilidade em relação aos R\$ 56,03 bilhões contratados em dezembro do ano anterior. Em relação a junho de 2020, porém, o resultado é de crescimento de 2,50% (Gráfico 13).

A expansão das operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas no segundo trimestre de 2021 (em relação ao mesmo período de 2020) representa uma ação que busca minimizar os efeitos do atual ciclo econômico, que possui um viés de desaceleração do nível de atividade econômica. Como mencionado anteriormente, com mais dinheiro em circulação no mercado local, o nível de consumo das famílias e das empresas consegue se sustentar parcialmente, o que estimula a economia da região.

Outro termômetro do nível de atividade local é o volume de trocas entre a economia do Distrito Federal e a de outros países, onde as exportações complementam as informações sobre a produção local e as importações são indicativos adicionais sobre o nível de consumo do mercado da região. Os números agregados do comércio exterior para o DF estão apresentados no Gráfico 14.

**Gráfico 14 – Comércio exterior: Evolução do valor de exportações e importações – Distrito Federal – 1T2017 a 2T2021 – US\$ milhões FOB**

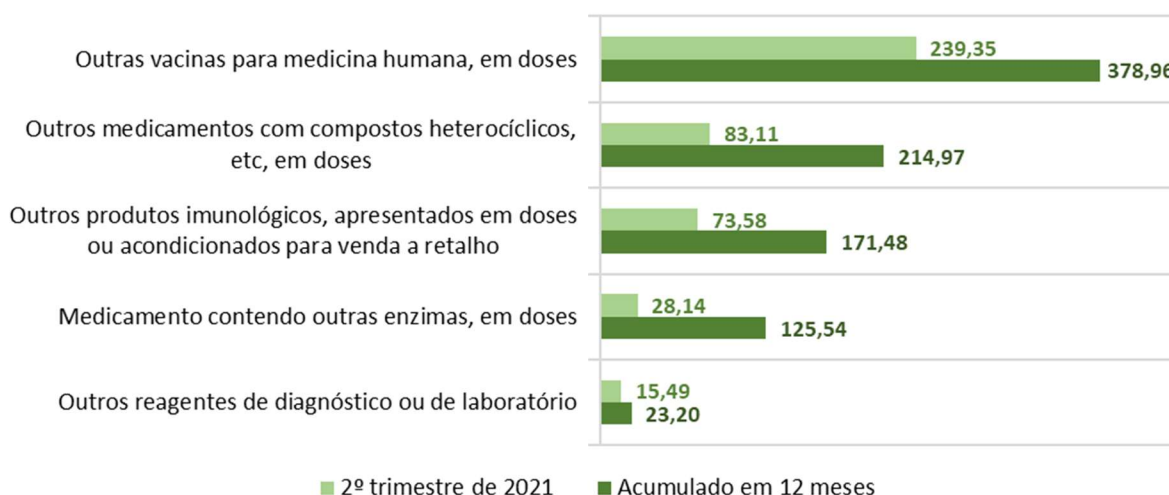


Fonte: ComexStat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

No que se refere às importações, verificou-se um aumento no valor adquirido em produtos de origem estrangeira entre o segundo trimestre de 2021 e o primeiro, com variação de +74,3%. Em relação ao segundo trimestre de 2020, o crescimento foi ainda mais intenso, atingindo 81,7%. O valor total importado, entre abril e junho de 2021, foi de US\$ 561,66 milhões. Para entender a importância desse valor frente às exportações locais (US\$ 78,70 milhões), é necessário examinar a composição da pauta da importação do Distrito Federal.

De acordo com o Gráfico 15, os cinco principais produtos adquiridos do mercado externo, que corresponderam a 78,3% de todo o valor importado no segundo trimestre de 2021, foram vacinas e medicamentos. A aquisição de fármacos pelo governo federal é concentrada e registrada no DF, mesmo que eles sejam destinados ao abastecimento de outros estados. Por isso, o valor de importação é tão elevado. Além disso, na atual conjuntura de pandemia, esses produtos tiveram a sua demanda estimulada pela necessidade de aquisição de medicamentos e equipamentos necessários para responder à pandemia e tratar as pessoas infectadas pelo novo coronavírus.

**Gráfico 15 – Comércio exterior: Importações – Principais posições do Distrito Federal, por NCM – Resultado do 2º trimestre de 2021 e acumulado em 12 meses – US\$ milhões FOB**

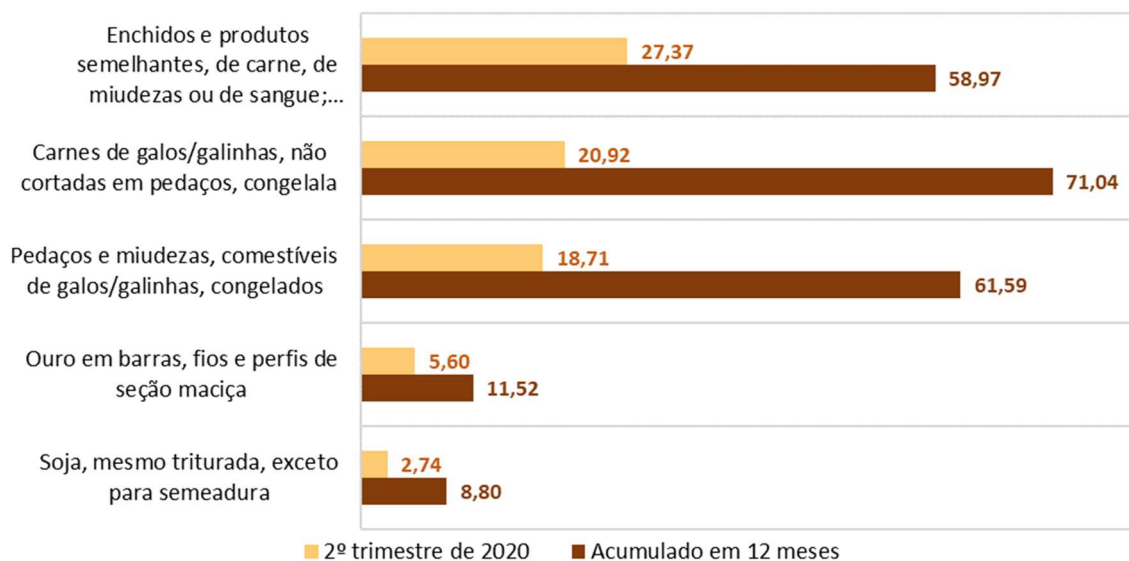


Fonte: ComexStat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Já as exportações do segundo trimestre de 2021 cresceram 38,4% ante o resultado dos primeiros três meses do ano e 69,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Parte desse resultado é devido à desvalorização do Real frente ao Dólar, que gera um cenário vantajoso para os produtos nacionais comercializados. Essas altas refletem, principalmente, a comercialização dos cinco produtos que concentram 95,7% do valor total transacionado no trimestre e que estão discriminados no Gráfico 16.

A variação trimestral é explicada principalmente pelas exportações de *Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura*, que movimentaram um valor 75,7% maior no segundo trimestre de 2021 em relação ao primeiro (R\$ 11,79 milhões adicionais), muito em função do ciclo de produção do grão. Foi observado também um bom resultado do *Ouro em barras* (+29,1%), que adicionaram R\$ 4,71 milhões às exportações em relação ao valor transacionado do produto no início de 2021, bem como variações positivas nas três outras principais exportações locais.

**Gráfico 16** – Comércio exterior: Exportações – Principais posições do Distrito Federal, por NCM – Resultado do 2º trimestre de 2021 e acumulado em 12 meses – US\$ milhões FOB



Fonte: ComexStat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

# Seção III

## Análise de Preços

### 1. Sumário

A inflação do Distrito Federal, mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 0,49% no segundo trimestre de 2021. O resultado, menor entre todas as regiões pesquisadas, pode ser em parte atribuído de forma ampla ao comportamento ameno de todos os grupos e de forma específica aos preços da *Passagem aérea*, que acumulam queda de 39,57% no trimestre e seguraram uma inflação maior no período. Mesmo descontando esse resultado pontual, a inflação esteve mais contida na cesta de consumo local, de forma que o índice de difusão foi de 58,7% entre abril e junho de 2021, ante os 60,9% apresentados no trimestre anterior.

O INPC fechou trimestre em 0,66%, acima do captado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Essa situação, que vem sendo observada desde o segundo semestre de 2020, significa que as famílias de mais baixa renda estão enfrentando uma alta de preços mais intensa que a maior parte da população brasileira.

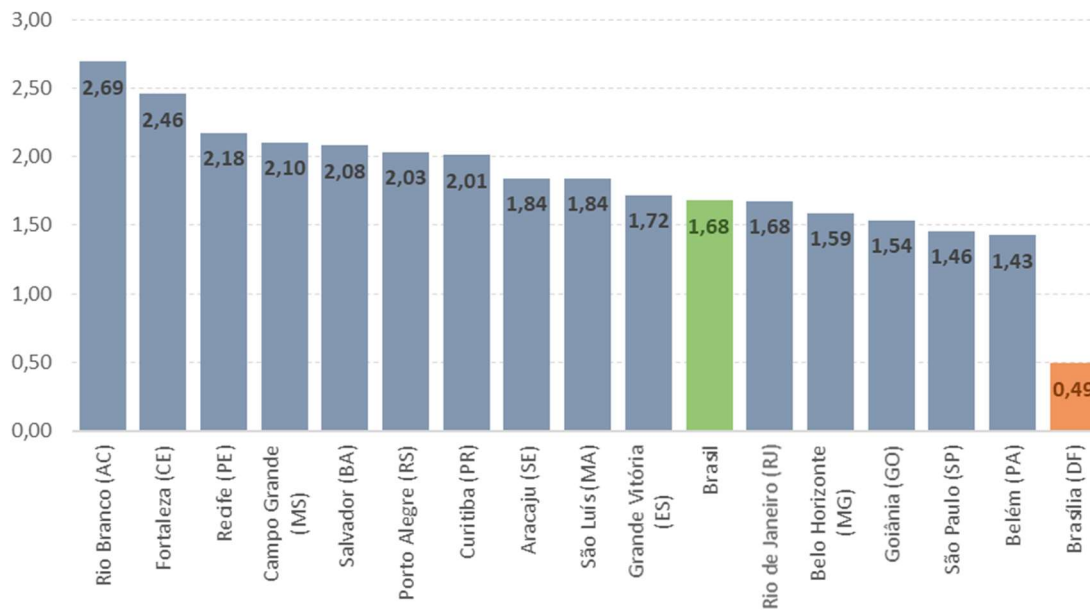
A análise por quartil de renda corrobora essa constatação, apontando que as famílias locais com 25% maior renda vivenciaram uma inflação menor no período, fruto da composição da inflação no trimestre. Ainda assim, o maior resultado trimestral entre as faixas de renda foi de 0,67% (nas famílias de renda média-alta), novamente demonstrando uma inflação amena no período.

### 2. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

O nível de preços praticados no Distrito Federal cresceu 0,49% no segundo trimestre de 2021, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O valor ficou bastante abaixo do observado no trimestre anterior quando havia sido de +2,69%. A capital federal apresentou a menor inflação mensal entre as regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em todos os meses do trimestre, de forma que seu resultado trimestral foi também o menor do ranking, com quase três vezes menor do que o segundo colocado (Belém do Pará, com variação de +1,43%). A média nacional foi de +1,68%.

O comportamento do IPCA distrital no segundo trimestre de 2021 foi, em grande parte, reflexo dos preços de energia elétrica, com gradual elevação da bandeira tarifária de amarela, em abril, para vermelha patamar um, em maio, e vermelha patamar dois em junho, e de medicamentos. No entanto a queda observada nos preços das viagens aéreas segurou uma inflação maior no trimestre.

**Gráfico 1 – IPCA: Variação trimestral em relação ao trimestre anterior – Brasil e regiões – 2º trimestre de 2021 - %**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

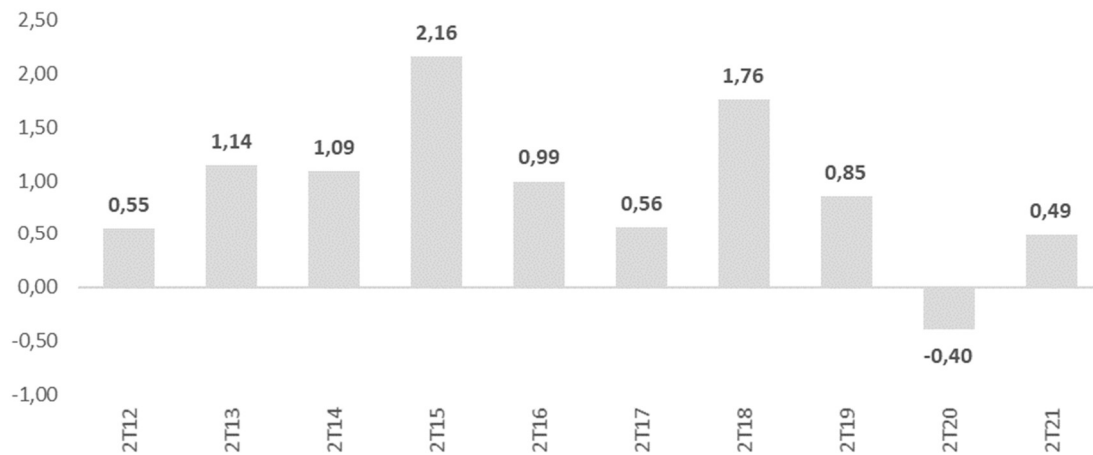
## 2.1. Resultado do trimestre

Em uma perspectiva de longo prazo, é possível observar que o aumento dos preços registrado no segundo trimestre do ano no Distrito Federal foi o segundo menor para o período nos últimos dez anos; maior apenas do que a variação de -0,40% observada entre abril e junho de 2020 – primeiros meses de pandemia na capital federal- quando a demanda por diversos bens e serviços contraiu-se fortemente.

Quatro dos nove grupos de bens e serviços pesquisados pelo IBGE tiveram aumento no período, enquanto três apresentaram retração nos seus preços e dois (*Despesas pessoais e Educação*) ficaram aproximadamente constantes no período (Gráfico 3). Os *Artigos de residência* (+2,88%) e de *Saúde e cuidados pessoais* (+2,59%) foram as principais variações positivas no trimestre, seguidos de *Habitação* (+1,07%) e *Vestuário* (+0,89%).

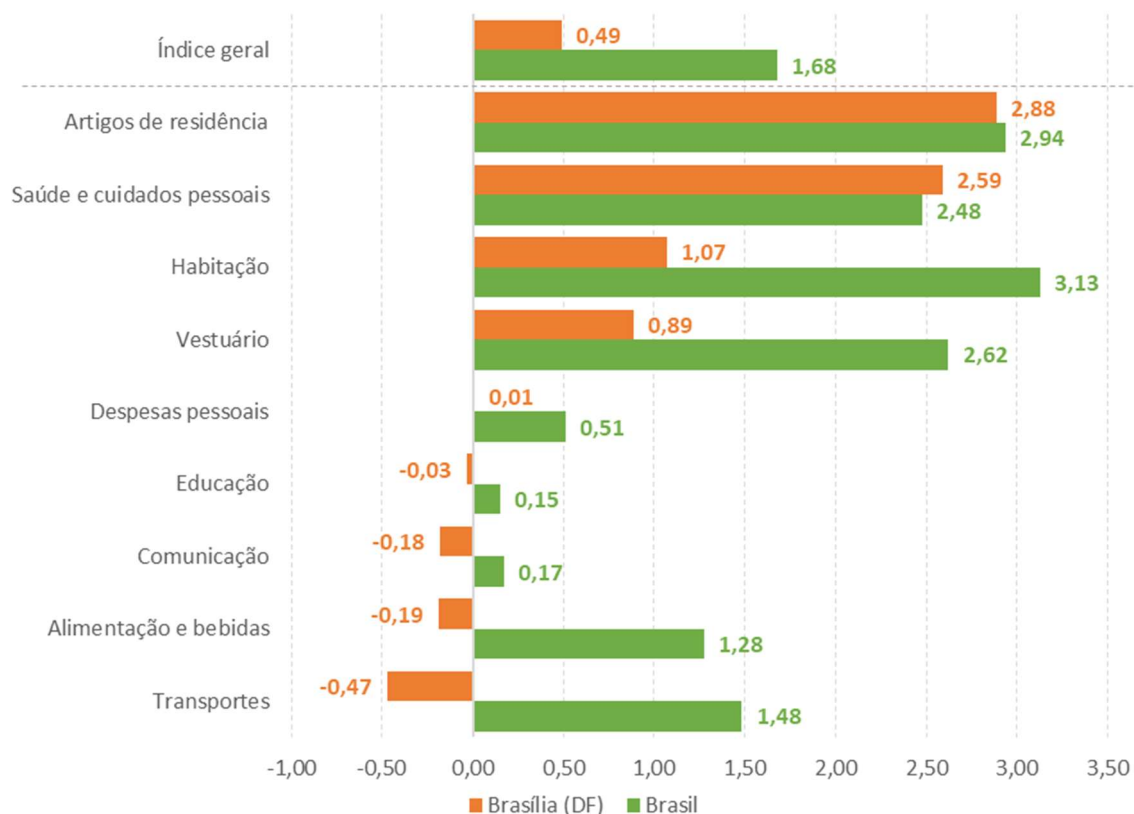
Embora as variações positivas tenham sido mais intensas do que as negativas, destaca-se que os dois grupos de maior peso na cesta local, *Alimentação e bebidas* (-0,19%) e *Transportes* (-0,47%), ambos apontaram deflação na capital federal no segundo trimestre de 2021. Juntos, esses dois representam quase 40% do peso total da cesta de consumo do Distrito Federal, ajudando a explicar a inflação bastante amena no período.

**Gráfico 2 – IPCA: Variação trimestral em relação ao trimestre anterior – Distrito Federal – 2º trimestre de 2012 a 2º trimestre de 2021 - %**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

**Gráfico 3 – IPCA: Variação trimestral em relação ao trimestre anterior, por grandes grupos – Brasil e Distrito Federal – 2º trimestre de 2021 - %**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan



Entre os grupos que contribuíram para uma maior inflação no segundo trimestre de 2021, destacam-se a *Saúde e cuidados pessoais* (+2,59%) e a *Habitação* (+1,07%), que possuem um peso cerca de quatro vezes maior na cesta de consumo da capital federal do que os *Artigos de residência* (+2,88%). O primeiro é fruto do aumento de 4,79% em diversos *Produtos farmacêuticos*, que contribuíram com 0,14 pontos percentuais (p.p.) ao índice geral no período, além do reajuste de +1,99% do Plano de saúde (+0,11 p.p.). Já o segundo foi impulsionado pela alta de 7,09% na Energia elétrica residencial (+0,17 p.p.), em função da escalada da bandeira tarifária no período. Tal medida se faz necessária em função da crise hídrica vivenciada pelo país, que teve seu menor nível de chuvas em 91 anos entre outubro de 2020 e maio de 2021<sup>10</sup>. Assim, a escala dos preços da energia elétrica visa desestimular o seu consumo e evitar faltas de energia nas redes do país.

**Tabela 1** – IPCA: Itens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições no trimestre e suas variações para o índice – Distrito Federal – 2º trimestre de 2021 - % e p.p.

Itens do IPCA	Variação trimestral (%)	Contribuição (p.p.)
Energia elétrica residencial	7,09	0,17
Veículo próprio	1,40	0,16
Produtos farmacêuticos	4,79	0,14
Alimentação fora do domicílio	1,95	0,13
Plano de saúde	1,99	0,11
Cereais, leguminosas e oleaginosas	-2,49	-0,01
Aluguel e taxas	-0,40	-0,03
Tubérculos, raízes e legumes	-18,02	-0,09
Frutas	-23,39	-0,22
Transporte público	-11,98	-0,36

Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Já os *Transportes* (-0,47%) seguraram uma inflação maior no Distrito Federal no segundo trimestre de 2021. O principal vetor deflacionário desse grupo foi o *Transporte público* (-11,98%, ou -0,36 p.p.), em especial a *Passagem aérea* (-39,57%, ou -0,33 p.p.) que apresenta uma sazonalidade de forte contração em maio<sup>11</sup>. Tamanha foi a contribuição desse subitem que ele superou os aumentos de +1,40% no *Veículo próprio* (+0,16 p.p.) e de +1,04% no *Combustível (veículos)* (+0,09 p.p.) e levou o resultado do grupo todo a um patamar negativo. O grupo de

<sup>10</sup><https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/14/menor-nivel-de-chuvas-em-91-anos-obriga-governo-a-preparar-plano-para-evitar-falta-de-energia.ghtml>.

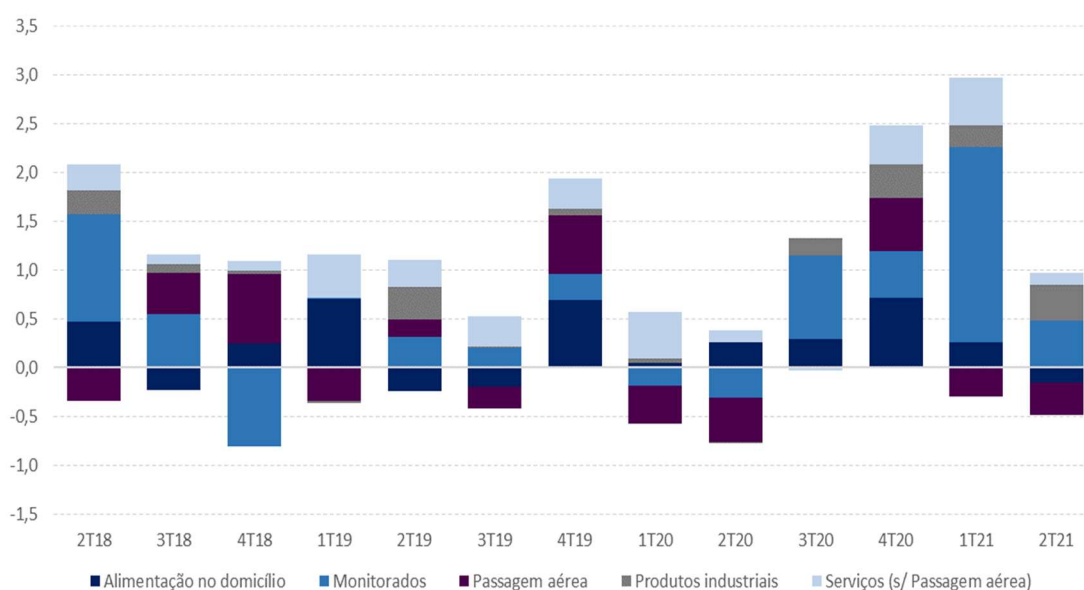
<sup>11</sup> A *Passagem aérea* apresentou retração mensal em seus preços em todos os meses de maio na última década, com única exceção em maio de 2016 quando variou +3,21%. A sua variação mensal média nos meses de maio no período é de -14,23% contra uma média de +2,16% nos meses de abril e +2,90% nos meses de junho.



*Alimentação e bebidas* (-0,19%) também apresentou contração no trimestre. Os principais destaques foram as *Frutas* (-23,39% ou -0,22 p.p.) e os *Tubérculos, leguminosas e oleaginosas* (-2,49% ou -0,09 p.p.).

Com base na classificação de produtos utilizada pelo Banco Central do Brasil (BCB), percebe-se novamente a *Alimentação em domicílio* e a *Passagem aérea* tiveram quedas em seus preços no trimestre, com as demais categorias apresentando inflação no período. A maior pressão adveio do segmento *Monitorados* (+0,48 p.p.), que inclui a *Energia elétrica residencial*, ressaltando a importância desse item dentro do resultado trimestral, bem como combustíveis como a *Gasolina* e o *Etanol*. Os itens relacionados aos *Produtos industriais* (+0,37 p.p.) e *Serviços (sem passagem aérea)* (+0,12 p.p.) também apresentaram alta, porém bem menos intensa quando comparado ao primeiro trimestre de 2021. Esse comportamento é mostrado no Gráfico 4 que evidencia uma inflação acumulada entre abril e junho de 2021 que poderia ter beirado a marca de 1,00% não fosse a queda nos preços dos alimentos e da *Passagem aérea*.

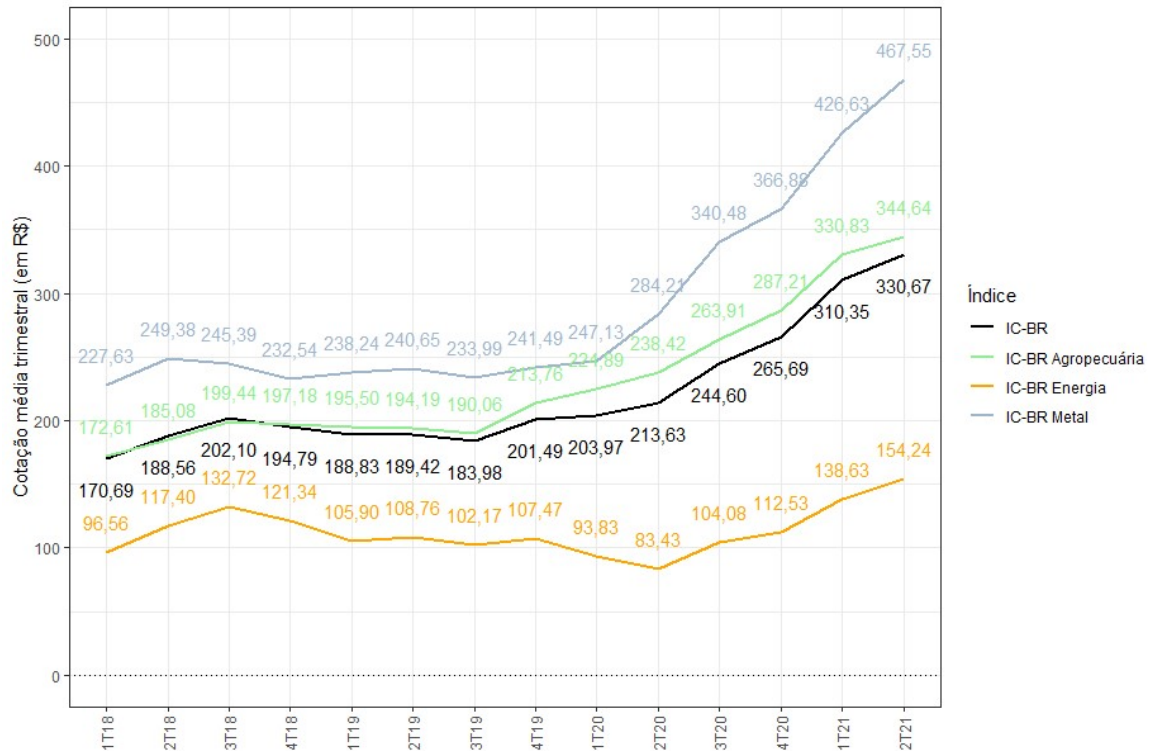
**Gráfico 4** – IPCA: Contribuição trimestral por segmentos selecionados de bens e serviços – Brasília (DF) – 2º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2021 – pontos percentuais (p.p.)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

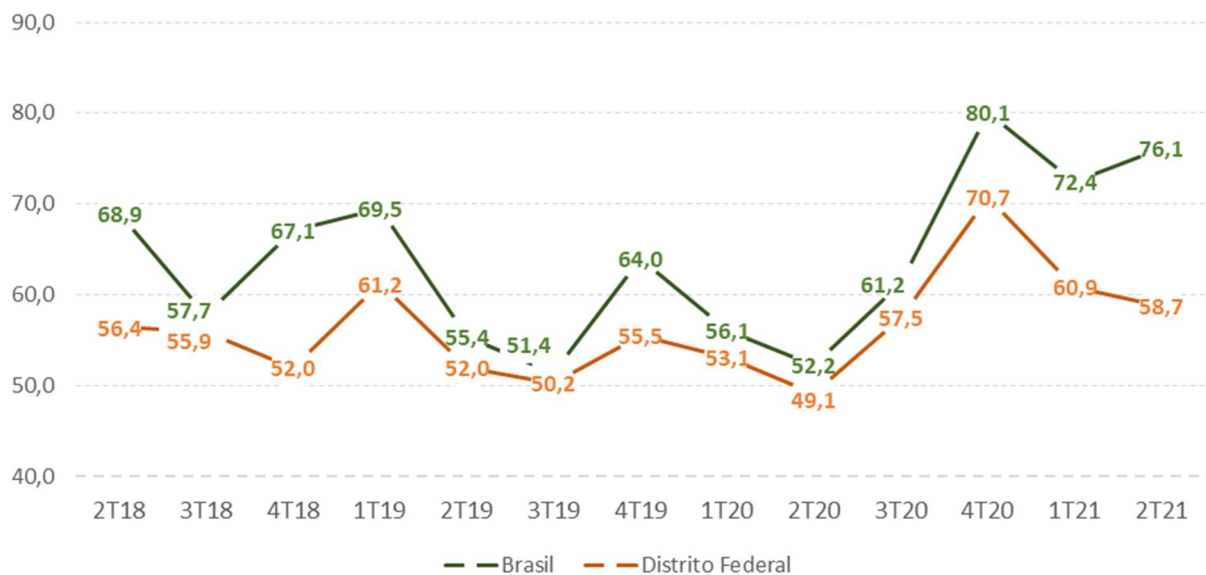
Outra análise de interesse é o comportamento dos preços das *commodities* no mercado internacional. Essas cotações são medidas pelo índice de *commodities* do Banco Central (IC-BR) e apontam uma gradual valorização em todos os setores – agropecuária, metal e energia – a partir da metade de 2020 (Gráfico 5). Entre o segundo trimestre de 2020 e o segundo trimestre de 2021, o índice de energia passou de uma cotação média de R\$ 83,43 para R\$ 154,24, uma variação de +84,9%. Tal ascensão explica parcialmente a elevação dos preços da *Gasolina* e de outros combustíveis no período.

**Gráfico 5** – Índice de *commodities* do Banco Central (IC-BR) – 1º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2021 – Cotação média trimestral – R\$



Fonte: BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

**Gráfico 6** – IPCA: Índice de difusão da inflação trimestral – Brasil e Brasília (DF) – 2º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2021 – %



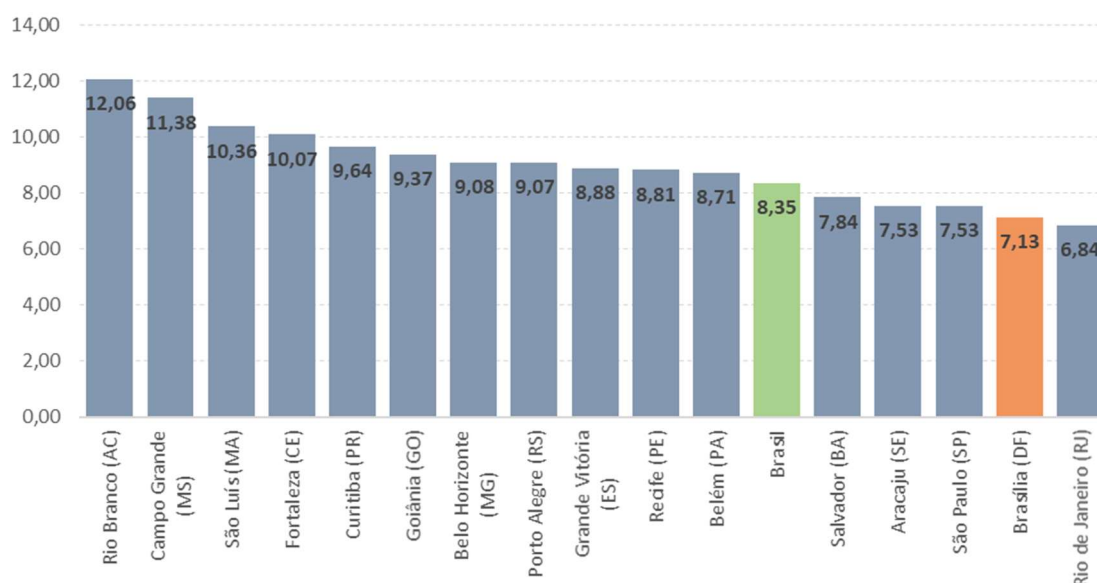
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A inflação amena na capital federal no segundo trimestre do ano também pode ser observada por meio do índice de difusão que mede a quantidade de itens que apresentaram inflação positiva no período em relação ao total da cesta. Esse índice foi de 58,7% entre abril e junho de 2021 no Distrito Federal, condizente com os resultados por grupo e por categoria do Banco Central apresentados anteriormente (Gráfico 6). O resultado representa uma retração em relação aos percentuais apresentados nos dois trimestres anteriores (70,7% e 60,9%) e ao observado no cenário nacional (76,1%), corroborando a menor variação nos preços observada no Distrito Federal.

## 2.2. Resultado acumulado em 12 meses

Em uma perspectiva histórica, a variação acumulada em 12 meses do nível de preços praticados no mercado do Distrito Federal começou a se aquecer a partir de julho de 2020, retratando, em parte, a recuperação econômica com o relaxamento das medidas de combate à pandemia em escala nacional. Com a redução do isolamento social, o menor nível de restrições ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais e a recuperação parcial do poder de compra da população, a inflação voltou a subir aproximando-se do centro da meta, fechando o ano de 2020 em +3,40%. Os primeiros meses de 2021, porém, foram marcados por consecutivas altas nos preços dos combustíveis que, aliadas ao aquecimento da economia distrital no período, levaram o indicador local acumulado em 12 meses para +7,13% no final do segundo trimestre, acima do limite superior da meta inflacionária para 2021, de +5,25%. O resultado, porém, ainda se encontra abaixo do nacional (+8,35%) e é o segundo menor no Brasil (Gráfico 7), atrás apenas do Rio de Janeiro (+6,84%).

**Gráfico 7 – IPCA: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços – Brasil e Brasília (DF) – 2º trimestre de 2021 – %**



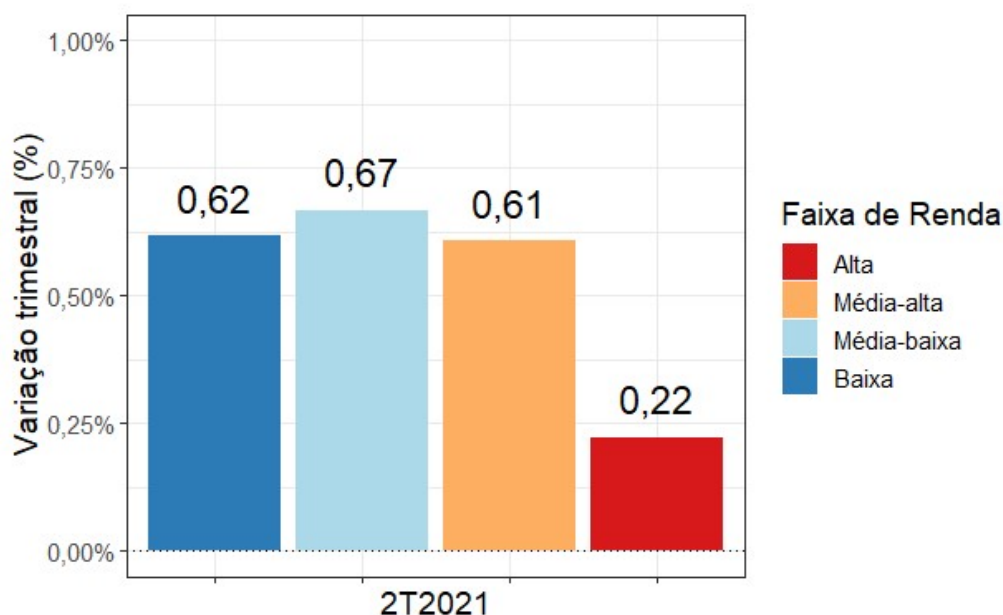
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

### 2.3. IPCA por faixa de renda

A partir de 2021, a Codeplan passou a divulgar mensalmente o IPCA por faixa de renda do Distrito Federal<sup>12</sup>, que calcula a inflação para os quatro quartis de renda das famílias locais. Tal exercício permite desagregar o índice pleno e capturar de forma mais precisa a realidade inflacionária dos diferentes estratos sociais da capital do país, uma vez que um aumento nos preços de determinado bem raramente afeta de forma simétrica todas as famílias.

No segundo trimestre de 2021, as famílias locais de 25% maior renda apresentaram uma inflação de +0,22%, abaixo do valor observado pelo IPCA divulgado pelo IBGE (Gráfico 8). Essa constatação se inverte, porém, entre as demais faixas de renda, com famílias de 25 a 50% maior renda (faixa média-alta) apresentando variação de +0,61%, as de 25% a 50% menor renda (faixa média-baixa) apontando alta de +0,67% em seus preços, e as famílias do menor quartil de renda mostrando inflação de +0,62%.

**Gráfico 8** – IPCA por faixa de renda: Variação trimestral do nível de preços – Brasília (DF) – 2º trimestre de 2021 - %



Fonte: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE

Esse resultado pode ser explicado pela composição da inflação no trimestre. A maior contribuição para o resultado do período veio da *Passagem aérea* que possui maior peso na cesta das famílias de alta renda e cujos preços sofreram intensa retração no segundo trimestre de 2021. Entretanto, vários dos principais vetores inflacionários do período, como a *Energia elétrica residencial* e os *Produtos*

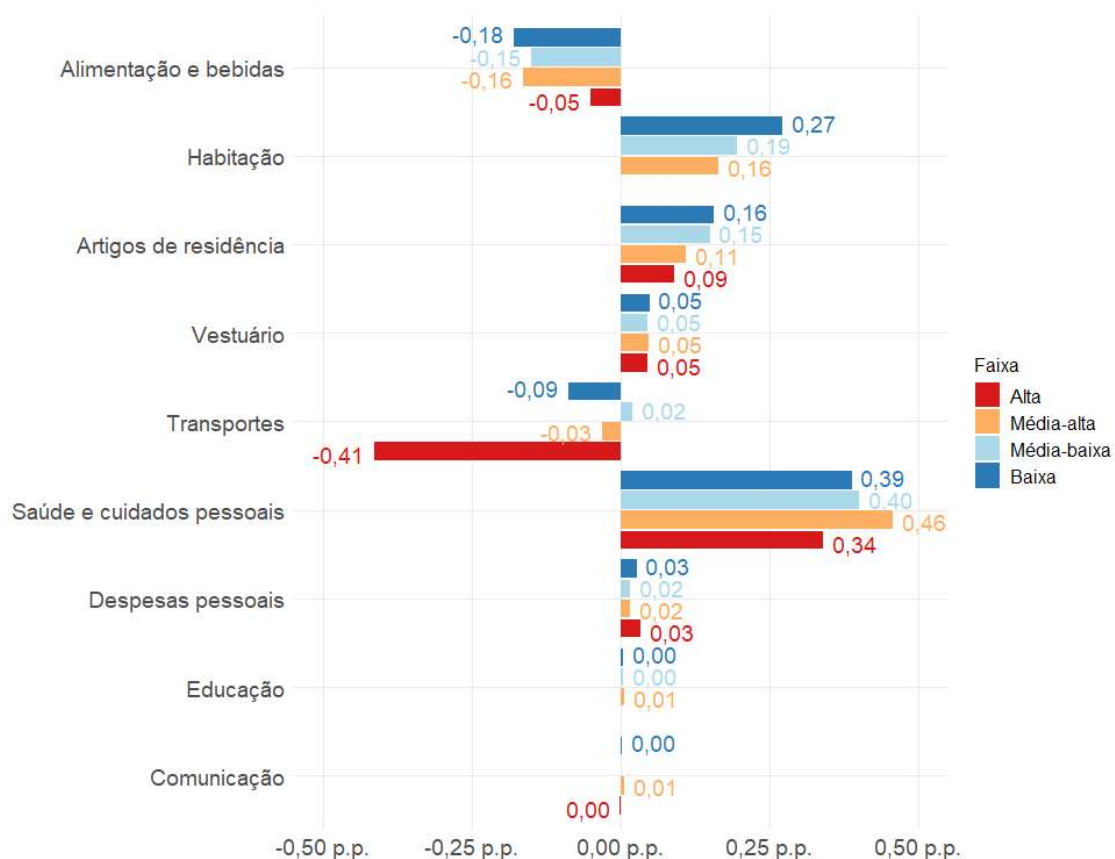
<sup>12</sup> A nota técnica completa está disponível em: <http://conjunturaeconomica.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/NT-%C3%8Dndice-de-Pre%C3%A7os-ao-Consumidor-Amplo-do-Distrito-Federal-por-Faixa-de-Renda.pdf>

*farmacêuticos*, possuem pesos mais elevados entre as famílias de menor renda. Ainda assim, o resultado foi bastante ameno em comparação ao trimestre anterior quando chegou a atingir +3,46% entre as famílias de média-alta renda.

Quando analisado o comportamento dos grupos individuais, a predominância dos *Transportes* dentro do resultado trimestral da faixa de alta renda se torna aparente. Dentro dessa faixa, esse grupo apresentou uma contribuição de -0,41 p.p., mais do que quatro vezes a observada na faixa de baixa renda, segunda maior contribuição negativa do grupo, que foi de -0,09 pontos percentuais (Gráfico 9). O grupo de *Alimentação e bebidas* aparece novamente como o segundo vetor de deflação no trimestre, enquanto a *Habitação*, em função da alta dos preços da *Energia elétrica residencial*, mostra uma contribuição elevada entre as famílias de baixa renda.

Já a *Saúde e cuidados pessoais* foi responsável pela maior contribuição positiva no período para todas as faixas de renda, mostrando que itens de saúde *Produtos farmacêuticos* e *Plano de saúde* pesam no orçamento de todas as famílias, mesmo as mais ricas. A contribuição do grupo variou de +0,34 p.p., na faixa de alta renda, a +0,46 p.p., na de média-alta.

**Gráfico 9** – IPCA por faixa de renda: Contribuição trimestral por grupo e por faixa – Brasília (DF) – 2º trimestre de 2021 – p.p.



Nota: Os grupos Habitação e Educação, na faixa Alta, e Comunicação, na faixa Média-baixa, não comportam desagregação por questões amostrais. Devido a arredondamentos, o somatório dos grupos dentro de determinada faixa pode não coincidir exatamente com a variação mensal do índice geral daquela faixa.

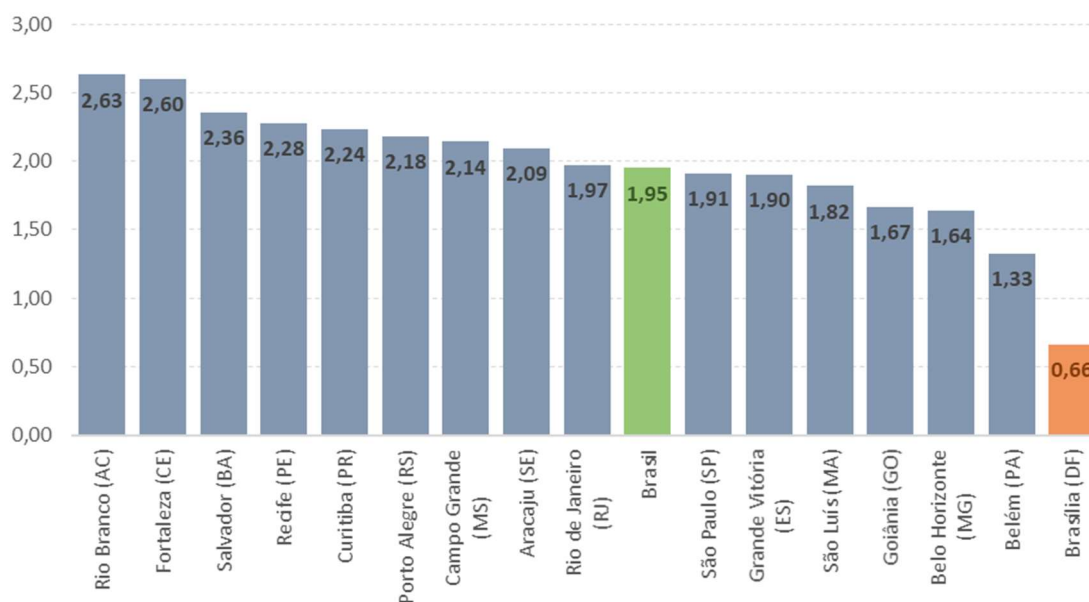
Fonte: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE



### 3. Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

A inflação distrital medida pelo INPC no segundo trimestre de 2021 foi de +0,66%, como mostrado no Gráfico 10, abaixo da média nacional (+1,95%) e do valor observado no trimestre anterior (+2,70%). O indicador, que acompanha o comportamento dos preços da cesta de consumo das famílias com renda domiciliar entre um e cinco salários mínimos, foi novamente o menor percentual entre as regiões pesquisadas pelo IBGE, tendo apresentado a inflação mensal mais baixa em todos os meses do trimestre.

**Gráfico 10 – INPC: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Brasil e regiões – 2º trimestre de 2021 - %**



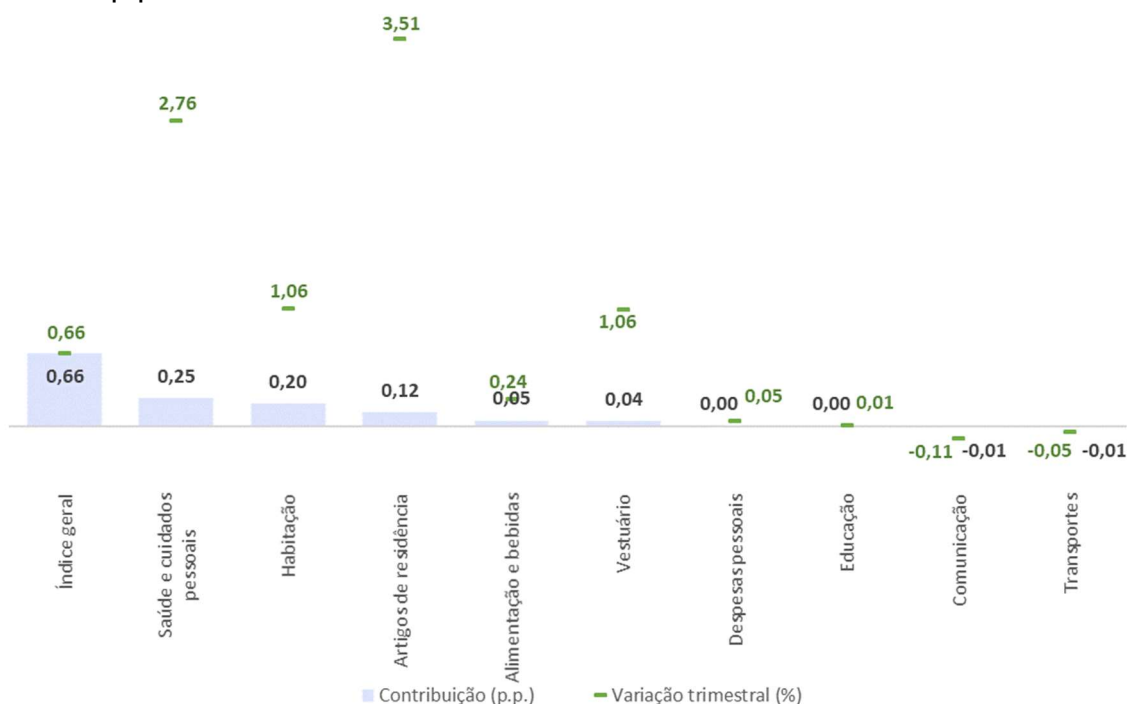
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Novamente, a *Saúde e cuidados pessoais* e a *Habitação* despontam como os principais vetores inflacionários no trimestre, representando, juntos, 0,45 p.p. do índice geral observado no período (0,66%). A dinâmica econômica que produziu esse resultado é a mesma explicitada na análise do IPCA, derivando dos preços de medicamentos e de viagens aéreas (Gráfico 11).

Contudo os vetores deflacionários observados no IPCA (+0,49%) – *Transportes* e *Alimentação e bebidas* – não se repetem na análise do INPC, explicando a maior variação desse indicador no trimestre. Os *Transportes* passam a apresentar contribuição negativa quase nula, uma vez que a *Passagem aérea* possui peso significativamente menor do que na cesta do IPCA, enquanto o resultado do grupo de *Alimentação e bebidas* inverteu-se e passou a apontar leve alta no trimestre.



**Gráfico 11**– INPC: Contribuição e variação dos grandes grupos de bens e serviços para a inflação acumuladas no ano – Distrito Federal – 2º trimestre de 2021 – p.p. e %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O resultado de *Saúde e cuidados pessoais* reflete predominantemente o comportamento dos preços dos *Produtos farmacêuticos*, de forma similar ao observado no IPCA, com contribuição de +0,10 p.p., bem como artigos de *Higiene pessoal* (+0,13 p.p.) que ganham peso na cesta do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Já dentro do grupo de *Habituação*, a *Energia elétrica residencial* apresenta contribuição ainda mais intensa do que na observada no indicador amplo, contribuindo com 0,27 p.p. ao índice geral.

**Tabela 2**– INPC: Itens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições trimestrais e suas variações para o índice – Distrito Federal – 2º trimestre de 2021 - % e p.p.

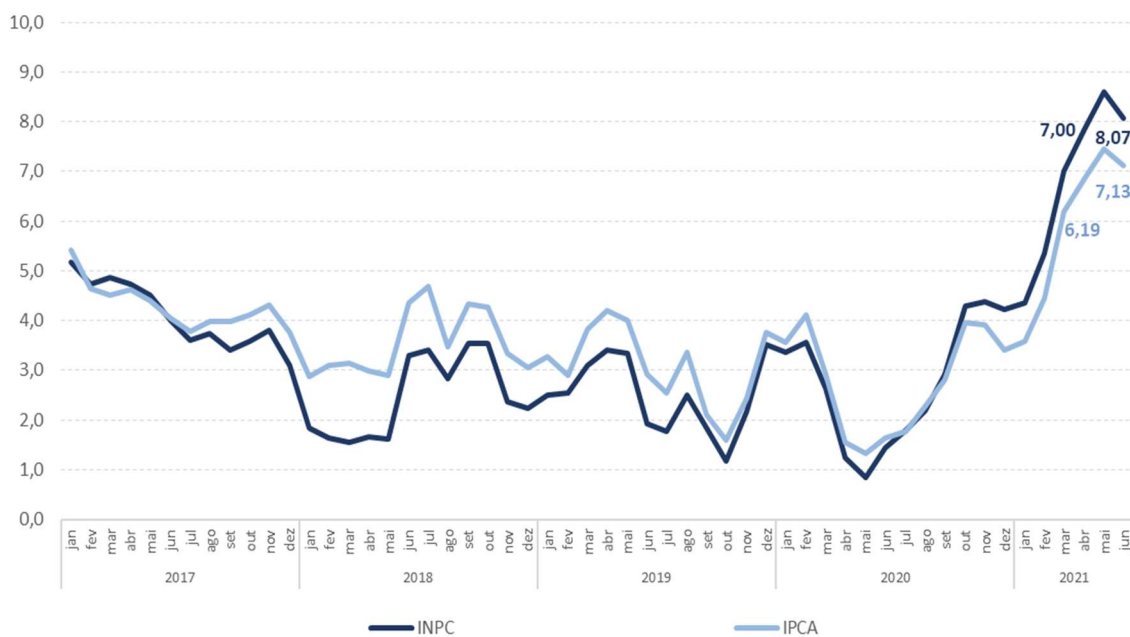
Itens do INPC	Variação trimestral (%)	Contribuição (p.p.)
Energia elétrica residencial	7,09	0,27
Higiene pessoal	2,81	0,13
Veículo próprio	1,19	0,12
Alimentação fora do domicílio	1,96	0,11
Produtos farmacêuticos	4,92	0,10
Cereais, leguminosas e oleaginosas	-3,34	-0,03
Aluguel e taxas	-0,50	-0,06
Tubérculos, raízes e legumes	-19,68	-0,11
Transporte público	-4,00	-0,22
Frutas	-23,28	-0,22

Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Do lado das variações negativas, o *Transporte público* ainda trouxe uma contribuição negativa significativa (-0,22 p.p.), porém menos intensa do que o -0,36 p.p. observado anteriormente em função do menor peso da *Passagem aérea* entre as famílias de menor renda.

A composição da inflação ao longo de 2020 foi focada em grupos de bens e serviços que pesam mais no orçamento das famílias de baixa renda, como é o caso dos alimentos e de itens relacionados à habitação. Assim, a variação de preços percebida pelo INPC encerrou o ano acima daquela registrada pelo IPCA. No primeiro semestre de 2021, a alta persistente nos preços dos combustíveis, item de peso expressivo na cesta de ambos os indicadores, serviu para manter essa trajetória, se atenuando somente no mês de junho. Dessa forma, o INPC acumulado em 12 meses em junho de 2021 foi de 8,07%, enquanto o índice amplo foi de 7,13%.

**Gráfico 12 – INPC e IPCA: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços – Brasília (DF) – janeiro de 2017 a junho de 2021 - %**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Desde o segundo semestre de 2020, a dinâmica dos preços tem castigado mais as famílias com renda domiciliar de um a cinco salários mínimos do que a maior parte da população do Distrito Federal<sup>13</sup>. Esse comportamento foi observado ao longo de todo o primeiro semestre de 2021, com INPC encerrando o mês de junho com um indicador acumulado em 12 meses quase 1,0 p.p. acima do observado no índice amplo. Ainda assim, destaca-se que o quartil de menor renda no cenário distrital vivenciou uma menor inflação do que as faixas de renda

<sup>13</sup> O IPCA considera as famílias que recebem de um a quarenta salários mínimos. Esse intervalo é estipulado para abarcar cerca de 90% das famílias brasileiras, ou seja, a maior parte da população nacional. No Distrito Federal, essa faixa captura 87,0% dos domicílios.

média-baixa e média-alta, servindo de alento para as famílias mais humildes do Distrito Federal. Ainda assim, a trajetória recente de aceleração inflacionária, combinada com o nível de desemprego ainda elevado da capital, ilustra o quanto a capacidade de consumo dos indivíduos foi comprometida. O recuo da inflação observada no mês de junho, porém, pode indicar que os preços estão alcançando um patamar de estabilidade, trazendo esperança de uma futura redução dos preços ao longo do segundo semestre.

# Seção IV

## Mercado de Trabalho

### 1. Sumário

Os principais indicadores do mercado de trabalho do Distrito Federal evidenciam um cenário otimista e de bom desempenho das diferentes atividades econômicas realizadas na capital do país. Dessa forma, verifica-se uma trajetória sustentada de recuperação que se deve intensificar com o avanço da vacinação e com o aumento do potencial de consumo da população em função da expansão da massa de rendimentos.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF)<sup>14</sup> calculou em 18,7% a taxa de desemprego, estimando em 316 mil o contingente de desocupados no segundo trimestre de 2021. A redução ocorreu devido ao aumento do número de ocupados na capital e só não foi mais intensa por causa da elevação da taxa de participação no período, ampliando a quantidade de pessoas em busca de uma colocação no mercado de trabalho local. Todas as posições, com exceção apenas dos empregados no setor público, tiveram acréscimos no número de ocupados, com o destaque conferido aos Autônomos (+ 13 mil trabalhadores) e aos empregados no setor privado sem carteira assinada (+ seis mil empregados) em relação ao primeiro trimestre de 2021. Com essa ocupação no setor privado, a PED mostrou um acréscimo real na massa de rendimentos da população brasiliense, o que pode significar um potencial estímulo ao consumo.

Focando a análise no mercado formal, o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged)<sup>15</sup> constatou que, pelo quarto trimestre consecutivo, o número de admissões ocorridas superou o de desligamentos em 12.112 postos de trabalho no Distrito Federal no segundo trimestre de 2021. Dessa forma, percebe-se uma aceleração no ritmo de criação líquida de vagas com carteira assinada na capital. Quase todos os grandes setores avaliados tiveram saldos positivos. Apenas a Agricultura registrou destruição líquida de vagas (-51 vagas), movimento que está correlacionado a um componente sazonal do mercado local.

Por fim, os requerimentos de seguro-desemprego reforçam a percepção de que o mercado formal de trabalho distrital está reduzindo o estímulo aos desligamentos, fazendo com que esse indicador retorne ao patamar observado no período anterior à crise sanitária desencadeada pela Covid-19.

---

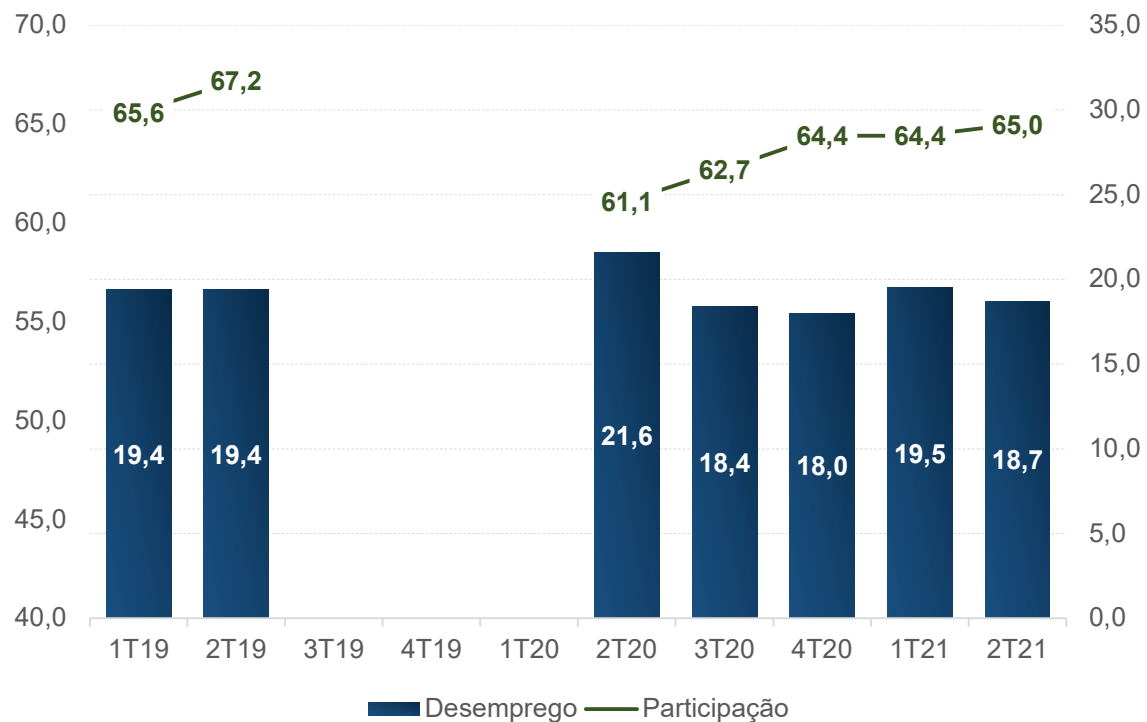
<sup>14</sup>A PED/DF teve sua divulgação suspensa entre setembro de 2019 e março de 2020 por motivos técnicos. Com o retorno da pesquisa pela Codeplan e pelo Dieese, foi possível restabelecer a análise da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

<sup>15</sup>A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia substituiu o uso do Sistema Caged para registro de admissões e desligamentos pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (Novo Caged), incorporando novas fontes de dados a fim de complementar a informação de desligamentos. A mudança de metodologia ocorreu em janeiro de 2020, mas a nova série de dados só foi disponibilizada em maio do mesmo ano.

## 2. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF)

O número de pessoas desocupadas no Distrito Federal foi estimado em 308 mil pessoas no segundo trimestre de 2021 pela PED/DF<sup>16</sup>, apresentando um decréscimo significativo em relação aos 316 mil observados no trimestre imediatamente anterior. Mesmo com o aumento da taxa de participação<sup>17</sup> para 65,0%, que indica um maior contingente de pessoas em idade ativa buscando uma colocação no mercado de trabalho, a taxa de desemprego da capital contraiu-se e ficou em 18,7% (Gráfico 1). É importante destacar que o percentual de desocupados é o menor registrado para o período no passado recente, uma vez que o resultado é inferior aos 19,4% observados no segundo trimestre de 2019 e aos 21,6% constatados no segundo trimestre de 2020. A relativa melhora pode estar associada com o avanço do programa de vacinação e o afrouxamento das restrições de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

**Gráfico 1** – PED/DF– Taxa de desocupação e de participação (%) – 4º trimestre de 2018 a 2º trimestre de 2021\* – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-Dieese. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

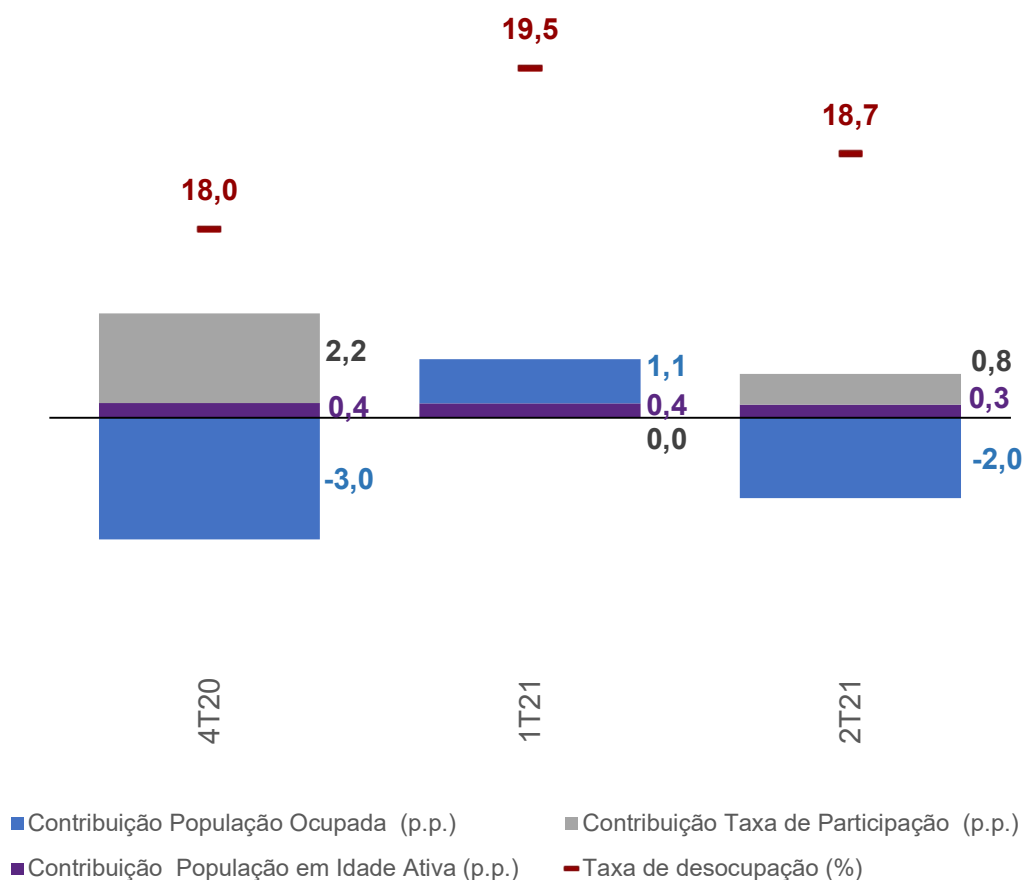
\*Não houve divulgação da PED entre setembro de 2019 e março de 2020.

<sup>16</sup> A PED/DF é uma pesquisa desenvolvida pela Codeplan, em parceria com o Departamento Sindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese), e possui metodologia própria a fim de melhor captar as realidades do mercado de trabalho local. Assim, seus resultados não são simétricos a outras pesquisas voltadas ao mesmo tema, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT).

<sup>17</sup> É definida como a porcentagem da população em idade ativa que estava ocupada ou que procurou trabalho nos últimos 30 dias.

Decompondo a variação na taxa de desocupação, percebe-se que a maior contribuição para o resultado do trimestre veio do aumento da população ocupada. Esse indicador reduziu, individualmente, o desemprego distrital em 2,0 pontos percentuais (p.p.) conforme apresentado no Gráfico 2. Esse ganho, no entanto, foi atenuado pelas interferências causadas pelo aumento da taxa de participação (+0,8 p.p.) decorrente do acréscimo de pessoas buscando por uma ocupação e do aumento da população em idade ativa (+0,3 p.p.), movimento natural derivado do envelhecimento dos habitantes locais.

**Gráfico 2** – PED/DF – Decomposição da variação na taxa de desocupação (p.p.) e taxa de desocupação<sup>18</sup> (%) – Trimestre em relação ao trimestre anterior\* – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-Dieese. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

<sup>18</sup> É possível que haja pequenas discrepâncias entre o somatório das contribuições dos indicadores e a variação total da taxa de desocupação. Essas diferenças resultam apenas do arredondamento dos valores, não impactando a análise do mercado de trabalho.



A melhora do nível de ocupação também é observada na Tabela 1. Nela, verifica-se que a população ocupada absorveu mais 32 mil pessoas (+2,5%) entre o primeiro e o segundo trimestres de 2021, alcançando 1.336 mil trabalhadores.

**Tabela 1 – PED/DF – Comportamento do mercado de trabalho – 1º trimestre de 2021 e 2º trimestre de 2021 – Distrito Federal**

Pesquisa de Emprego e Desemprego				
	1º trimestre 2021	2º trimestre 2021	Variação %	Variação absoluta
Indicadores (em mil pessoas)				
População				
Em idade de trabalhar (PIA)	2.517	2.527	0,4%	10
Na força de trabalho (PEA)	1.620	1.644	1,5%	24
Ocupada	1.304	1.336	2,5%	32
Desocupada	316	308	-2,5%	-8
Fora da força de trabalho (Inativos)	896	883	-1,5%	-13
Posição na ocupação				
Empregado no setor privado com carteira	517	518	0,2%	1
Empregado no setor privado sem carteira	93	99	6,5%	6
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	280	259	-7,5%	-21
Autônomo	235	248	5,5%	13
Empregado doméstico	79	82	3,8%	3
Demais posições	100	100	0,0%	0
Taxas (em pontos percentuais)				
Taxa de desocupação	19,5	18,7	-	-0,8
Taxa de participação na força de trabalho	64,4	65,0	-	0,6
Rendimento médio real (em reais)				
Assalariados	3.941	4.011	1,8%	70

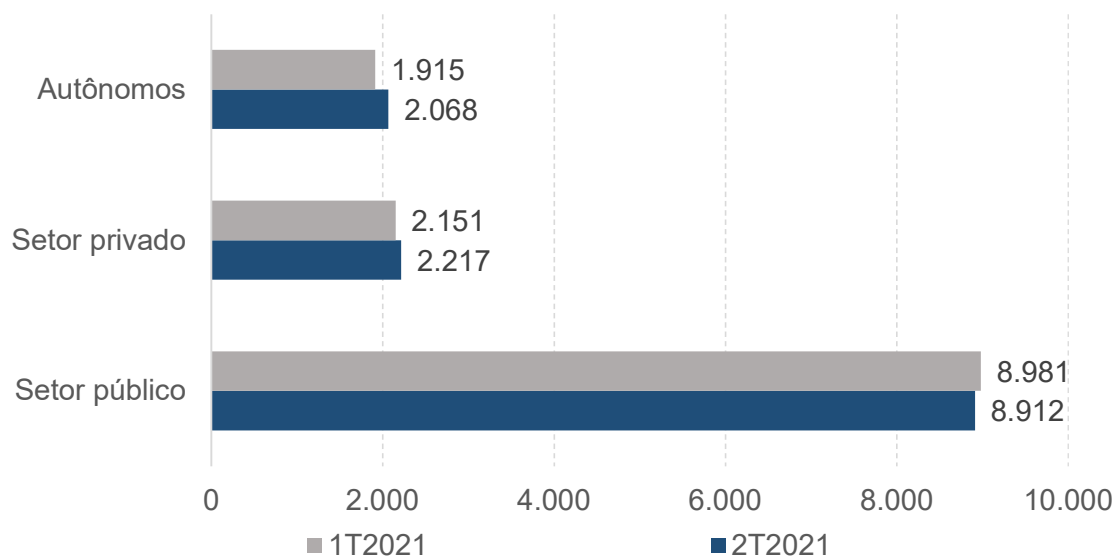
Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-Dieese. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Importante mencionar que todas as posições, com exceção apenas dos empregados no setor público, tiveram acréscimos no número de ocupados. O destaque é dado, em termos absolutos, aos Autônomos, categoria que ganhou 13 mil empregados (+5,5%) no segundo trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior. Já, em termos relativos, os empregados no setor privado sem carteira assinada evidenciaram uma variação positiva de 6,5% (seis mil empregados) nessa base de comparação. Essa ocupação, porém, não contribuiu para elevar o grau de proteção social do mercado de trabalho por não contar com FGTS, INSS e seguro-desemprego.

O setor público, como mencionado anteriormente, perdeu 21 mil trabalhadores na comparação entre o primeiro e o segundo trimestres de 2021. Essa liberação de empregados representou uma contração de 7,5% nessa base de comparação. As demais posições permaneceram estáveis ao incorporar cem mil trabalhadores no Distrito Federal.

Por sua vez, o rendimento real médio dos assalariados passou dos R\$ 3.941,00 recebidos no primeiro trimestre de 2021 para R\$ 4.011,00 no segundo trimestre do ano, o que significa um crescimento de 1,8% (Gráfico 3). A melhora se deve, majoritariamente, a um incremento nos valores recebidos pelos Autônomos (+8,0%) e pelos trabalhadores do Setor privado (+3,1%). O resultado só não foi mais acentuado por conta da redução no rendimento dos empregados no Setor público que diminuiu para R\$ 8.912,00 no segundo trimestre de 2021 (-0,77%).

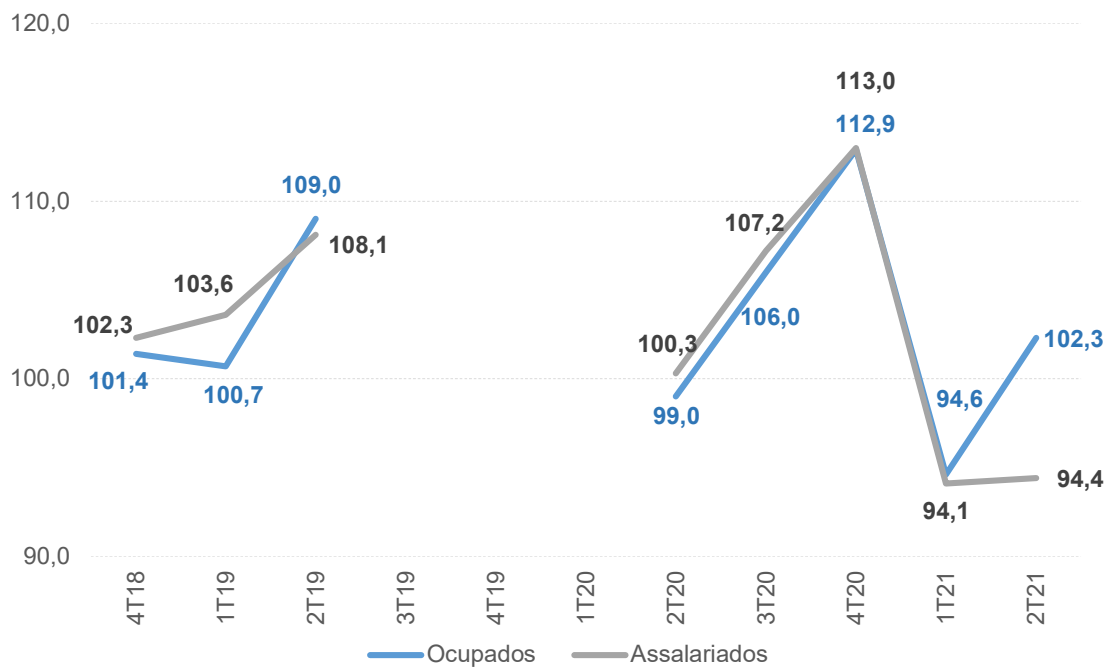
**Gráfico 3** – PED/DF – Rendimento médio real, por posição na ocupação – 1º trimestre de 2021 e 2º trimestre de 2021 – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-Dieese. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

Em função desse melhor rendimento no Setor privado e dos Autônomos, além do aumento do número de ocupados observados no segundo trimestre, houve uma expansão da massa de rendimentos do Distrito Federal. Esse movimento recuperou parte das perdas observadas entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021. Os Ocupados, que perceberam uma melhora mais significativa, tiveram um acréscimo de 3,33% em relação aos valores registrados no segundo trimestre de 2020 (Gráfico 4). Em compensação, a massa dos Assalariados ainda está 5,9% abaixo da observada no mesmo trimestre de 2020.

**Gráfico 4** – PED/DF – Evolução da massa de rendimentos reais – Número-índice (base: 4º trimestre de 2018 = 100) – 4º trimestre de 2018 a 2º trimestre de 2021\* – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-Dieese. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

\*Não houve divulgação da PED entre setembro de 2019 e março de 2020.

O aumento da massa de rendimentos reais repercute sobre a quantidade de recursos circulando na economia distrital e implica maior potencial de consumo por parte da população local. Com a possibilidade de uma maior demanda, há estímulo à produção de bens e serviços, o que acaba aquecendo o mercado do Distrito Federal e a abertura de mais vagas de emprego.

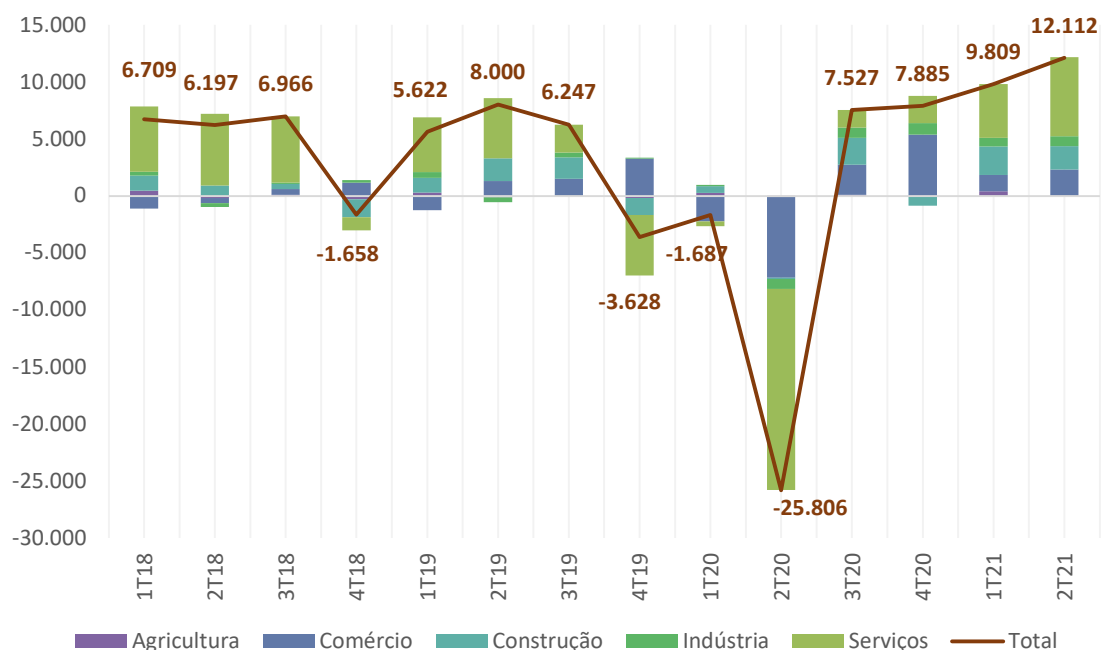
### 3. Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Novo Caged

Considerando apenas as vagas formais do Distrito Federal, as estatísticas divulgadas pelo Novo Caged<sup>19</sup> reforçam a ideia de que o mercado de trabalho está em franca recuperação e acelerando o ritmo de criação de mais postos.

#### Resultados do 2º trimestre de 2021

No segundo trimestre de 2021, foram abertos 12.112 postos de trabalho<sup>20</sup> formal no Distrito Federal, mostrando um saldo positivo entre o número de admissões e de desligamentos na capital (Gráfico 5). Isso representa um crescimento de 23,5% em relação ao saldo verificado no primeiro trimestre de 2021, demonstrando um maior dinamismo desse mercado. Com o resultado do trimestre, a capital assegura o quarto saldo positivo consecutivo em termos de vagas com carteira assinada e, finalmente, supera as perdas verificadas no primeiro e segundo trimestres de 2020, auge da pandemia.

**Gráfico 5 – Novo Caged – Saldo entre admitidos (+) e desligados (-), por grandes setores – 1º trimestre de 2018 a 1º trimestre de 2021 – Distrito Federal**



Fonte: Caged/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

<sup>19</sup>As estatísticas do emprego formal do Distrito Federal e de todos os estados brasileiros passaram, no ano de 2020, a ser divulgadas pelo Novo Caged, que utiliza o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged – antigo) e as informações do Empregador Web para gerar os dados sobre o mercado de trabalho.

<sup>20</sup> Dados extraídos no dia 10 de setembro de 2021.

A maioria dos setores produtivos analisados apresentou um número de admissões superior ao de desligamentos, o que demonstra uma melhora disseminada por toda a economia distrital. Apenas o setor de *Serviços* foi responsável pela abertura de 9.247 postos formais de trabalho, dos quais, 2.311 deles relacionados à atividade de *Comércio*, uma das mais afetadas pelas medidas impostas para o combate à pandemia da Covid-19. Pode haver corroborado para esse resultado a flexibilização das restrições, com a ampliação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais pelo lado da oferta e o avanço das campanhas de vacinação, incentivando uma maior mobilidade da população, pelo lado da demanda.

No setor industrial, houve criação de 2.916 vagas formais no período, a maior parte delas no segmento de *Construção* (+ 2.036 vagas). Apenas as atividades da *Agricultura* sofreram um ajuste marginal negativo devido ao desligamento de 51 trabalhadores a mais que as admissões efetuadas no trimestre de análise. No entanto cabe mencionar que esse setor sempre apresenta saldos negativos nos segundos trimestres, evidenciando que o resultado guarda um importante componente sazonal.

**Gráfico 6 – Novo Caged – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por seção da CNAE – 2º trimestre de 2021 – Distrito Federal**



Fonte: Caged/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Analisando o comportamento do mercado formal por segmento produtivo, nota-se que a *Saúde humana e serviços sociais* voltaram a liderar o ranking de saldo de criação de vagas conforme apresentado no Gráfico 6. No segundo trimestre de 2021, essa atividade contratou 3.218 a mais que os desligamentos executados no período. O maior saldo negativo foi verificado no segmento de Artes, cultura e esportes com o fechamento de 394 postos de trabalho com carteira assinada.

A expansão da população ocupada no mercado formal reflete, entre outros fatores, o avanço da vacinação. Isso porque ela tem possibilitado um melhor desempenho daquelas atividades que foram consideradas não essenciais, além da retomada, ainda que com parcimônia, das que possibilitam aglomerações. De acordo com o IBGE<sup>21</sup>, esse processo ainda está em uma fase inicial da recuperação do choque provocado pela crise sanitária e dependerá de estímulos à economia para que se sustente.

### **Resultados acumulados em 12 meses**

Os resultados tendenciais evidenciados pelo comportamento dos setores no acumulado dos últimos 12 meses revelam um cenário bastante otimista do mercado de trabalho ao mostrar uma trajetória ascendente e sustentada de saldos positivos tanto em nível nacional como distrital de acordo com os dados do Gráfico 7. Assim, o saldo acumulado entre julho de 2020 e junho de 2021 no Distrito Federal constata a criação líquida de 40,86 mil vagas formais no período. No Brasil, o saldo acumulado é ainda maior e denota a criação líquida de quase três milhões de postos de trabalho formais.

Nessa perspectiva de longo prazo, o segmento econômico que obteve o maior saldo positivo foi o de *Comércio e reparação de veículos* que, nos últimos 12 meses, criou 11.793 vagas formais no Distrito Federal. A *Saúde e serviços sociais* (+11.635 vagas) e a *Construção* (+6.267 vagas) também encabeçam a lista das atividades nas quais se observa um número de admissões superior ao de desligamentos. Essas três atividades figuravam nas primeiras posições do ranking do primeiro trimestre de 2021, porém com uma ordem diferente, mostrando que elas têm se tornado o vetor de crescimento recente do mercado de trabalho distrital. Os dados são apresentados no Gráfico 8.

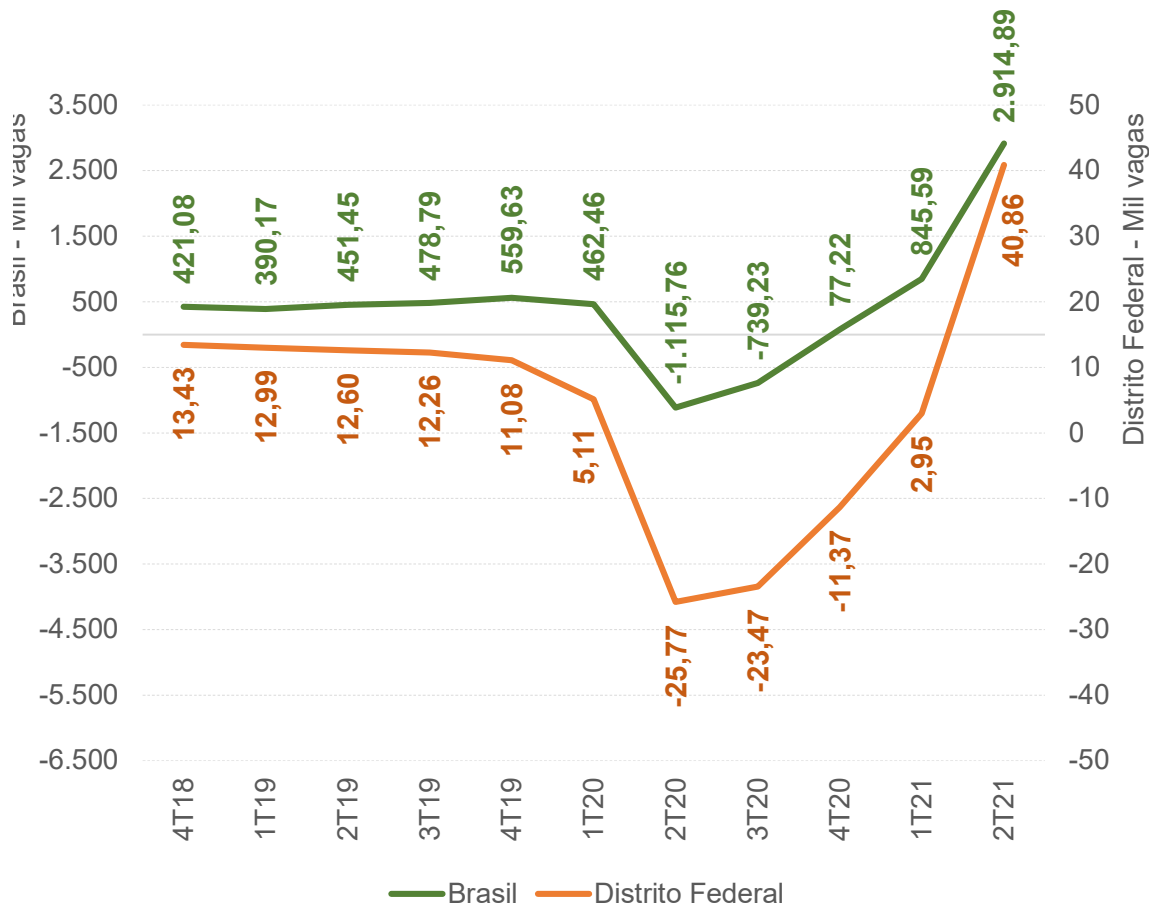
Vale mencionar que os serviços de *Alojamento e alimentação* que, no trimestre imediatamente anterior, destacaram-se pela maior destruição líquida de empregos com carteira assinada na capital, melhoraram o resultado de longo prazo e, agora, registraram a abertura de 907 postos de trabalho. Isso se deve, entre outros fatores, a um movimento conjunto da melhora do ritmo de admissões e a saída do indicador dos resultados dos meses de abril, maio e junho de 2020 que foram bastante negativos para essa atividade.

---

<sup>21</sup>Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/para-ibge-mercado-de-trabalho-tem-processo-inicial-de-recuperacao/>



**Gráfico 7 – Novo Caged – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1) acumulado em 12 meses – dezembro de 2018 a junho de 2021 – Brasil e Distrito Federal – Mil vagas**



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

No sentido oposto, as *Atividades financeiras e de seguros* amargaram uma redução de 700 vagas formais no seu segmento de atuação, enquanto os serviços de *Educação* continuam a registrar uma queda de 471 postos de trabalho com carteira assinada no acumulado em 12 meses e as de *Arte, cultura, esporte e recreação*, menos 411 vagas.

**Gráfico 8 – Novo Caged – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por seção da CNAE – Acumulado em 12 meses – Distrito Federal**



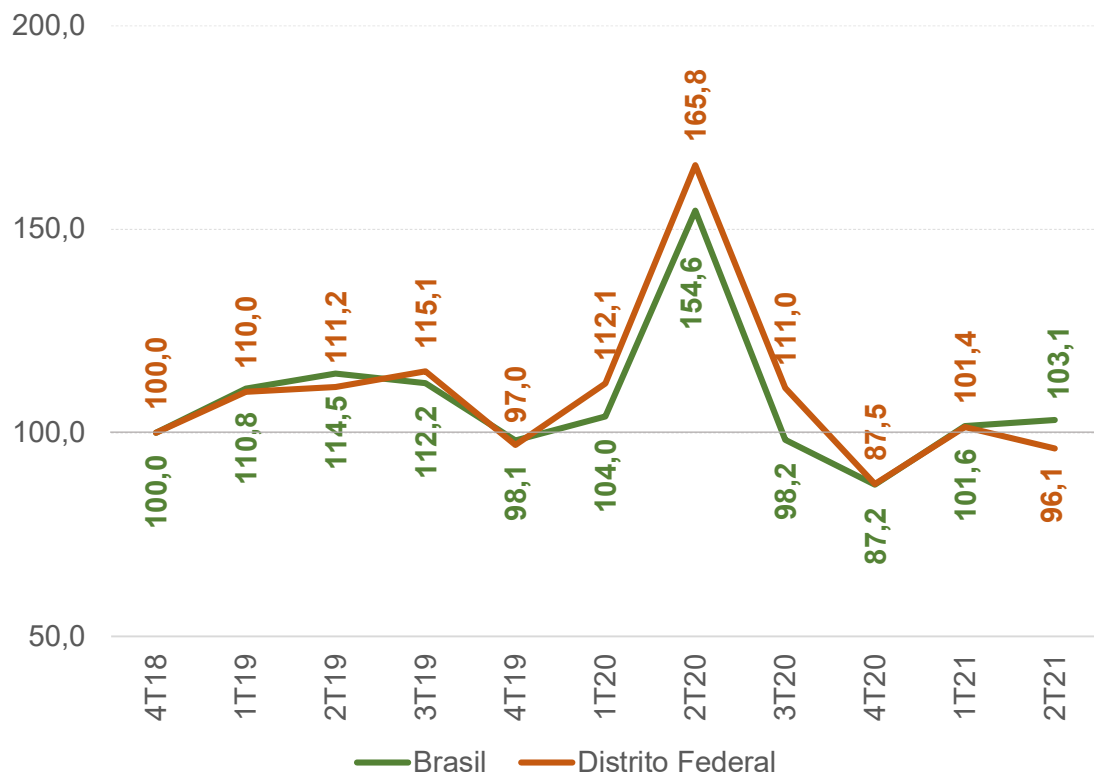
Fonte: Caged/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O atual panorama indica que o mercado de trabalho do Distrito Federal está em uma trajetória sustentada de recuperação com a maior parte de suas atividades produtivas apresentando um bom desempenho. Ainda que o contingente de desempregados seja bastante elevado, a tendência é que a parcela da população que está buscando uma colocação encontre uma posição conforme o nível de atividade produtiva local se incremente. Isso deve ocorrer com o avanço da vacinação e com o aumento do potencial de consumo da população em função da expansão da massa de rendimentos.

#### 4. Seguro-Desemprego

A melhora do mercado de trabalho se faz sentir igualmente na redução da procura pelo seguro-desemprego no Distrito Federal. De acordo com o Gráfico 9, o número de requerimentos desse importante benefício financeiro concedido aos empregados formais dispensados sem justa causa está abaixo do nível observado no período pré-pandemia, indicando uma diminuição da intensidade dos desligamentos na capital federal.

**Gráfico 9** – Seguro-desemprego – Número mensal de requerentes trimestral – 4º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2021 – Distrito Federal – Número-índice (4T18 = 100)



Fonte: Painel de Informações do Seguro-Desemprego/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Em nível nacional, nota-se que as solicitações da proteção social também retornaram ao patamar observado antes da crise sanitária mundial. No entanto houve uma intensificação dos pedidos entre o primeiro e o segundo trimestres de 2021.

## Considerações finais

As restrições e exigências sanitárias vivenciadas pelo setor produtivo no início de 2021 perduraram no Distrito Federal ao longo do segundo trimestre do ano, com limitações operacionais sobre os estabelecimentos comerciais da capital federal e a manutenção do toque de recolher local. Mesmo diante desse cenário adverso, porém, os indicadores macroeconômicos distritais mostraram sinais de recuperação. De uma forma geral, as perspectivas são de que o avanço do programa de vacinação nacional e local produzam efeitos positivos sobre o nível de produção em ambas esferas, bem como sobre a confiança e renda das famílias, sustentando a recuperação econômica.

Contudo ainda é grande o grau de incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia devido a uma série de fatores: a aceleração inflacionária recente, estimulada, entre outras, pela valorização das commodities no mercado externo e a manutenção de uma taxa de câmbio favorável às exportações; as mudanças no rumo da política monetária, elevando a taxa básica de juros para conter o estímulo ao consumo e ao investimento; a possibilidade de piora do quadro fiscal do país diante do atraso na aprovação das reformas administrativas e tributária; e a retomada do pagamento do auxílio emergencial, comprometendo as contas públicas. Da mesma forma, a crise hídrica encarece o custo da energia elétrica, elevando o custo de produção interna e pressionando pela alta de preços do mercado nacional.

Novamente, a identificação dos rumos do mercado torna-se impraticável e, conseqüentemente dificulta a realização de projeções sobre o comportamento das variáveis relacionadas à produção, preços e mercado de trabalho. Cabe, então, avaliar a concretização dos possíveis cenários a fim de adiantar possíveis movimentos e evidenciar como eles podem influenciar a tendência do segundo semestre de 2021.

A economia distrital apresentou bons resultados mesmo com a manutenção das medidas de restrição comercial na capital federal. Assim, com o avanço da campanha de vacinação e a redução dessas restrições, é possível que a atividade produtiva acelere. Essa situação deve ser incrementada pela retomada das transferências monetárias diretas à população por meio do retorno do auxílio emergencial que, ainda em valores menores que os praticados em 2020, produzirá um estímulo ao consumo das famílias em nível nacional e distrital.

A campanha de imunização, igualmente, refletirá positivamente sobre os indicadores econômicos. Conforme o número de vacinas aplicadas se eleva, crescem as expectativas de retorno à normalidade e, conseqüentemente, de fomento econômico. Dessa forma, a perspectiva é que haja um maior dinamismo a partir do segundo semestre capaz de proporcionar uma variação positiva de 5,04% no PIB brasileiro de acordo com o Relatório de Mercado Focus<sup>22</sup>.

Importante mencionar, porém, que a elevada taxa de crescimento esperada pelo mercado brasileiro se deve parcialmente à base de comparação comprimida, uma vez que o ano de 2020 foi marcado pela maior variação negativa anual da série histórica disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>23</sup> (IBGE).

Com o melhor desempenho da economia, a arrecadação aumentou e aliviou, em parte, as contas públicas nacionais. No entanto a condição fiscal do país é preocupante e pode-se agravar, dependendo do tempo pelo qual o auxílio emergencial será concedido à população. Outro fato que interpreta grande influência sobre o caminho da política fiscal é o lento avanço das reformas tributária e administrativa no Legislativo Federal, trazendo mais incertezas para a conjuntura. Ambos fatores contribuem para a manutenção de déficits que comprometem a imagem do país para investidores nacionais e estrangeiros.

No âmbito da política monetária, manteve-se o processo de normalização do grau de estímulo por meio da adoção de um ciclo de elevação da taxa de juros<sup>24</sup>. Assim, espera-se que, nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM), novos aumentos sejam anunciados dado que a expectativa é que a Selic finalize o ano no patamar de 8,00%<sup>25</sup>. Com isso, haverá aumento do custo de contratação de crédito para investimento e consumo, desestimulando, inclusive, a Formação Bruta de Capital Fixo<sup>26</sup>, uma das contas nacionais que puxaram o crescimento no segundo trimestre de 2021.

Essa decisão também deve ajudar a conter a escalada de preços na economia. A tendência de alta está na mira do BCB desde o final de 2020, quando o aumento de preço de commodities internacionais e sua influência no preço dos alimentos e combustíveis no mercado brasileiro acenderam o alerta para a inflação. Aliado à crise hídrica que pressiona o preço da energia elétrica, esse aumento levou a inflação nacional acumulada em 12 meses a encerrar, o segundo trimestre de 2021, em 8,35%, percentual bastante acima do limite superior da meta estipulada pelo Banco Central (5,25%). As projeções indicam que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve-se manter pressionado no segundo semestre do ano, encerrando 2021 no patamar de 8,00% e retornando ao centro da meta apenas no final de 2022.

<sup>22</sup> Relatório de mercado Focus de 10 de setembro de 2021.

<sup>23</sup> A série histórica de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE inicia-se em 1996.

<sup>24</sup> A taxa Selic foi elevada de 2,00% para 2,75% em março de 2021, para 3,50% em maio, para 4,25% em junho e para 5,25% em agosto.

<sup>25</sup> Relatório de mercado Focus de 10 de setembro de 2021.

<sup>26</sup> A Formação Bruta de Capital Fixo do Brasil cresceu 32,9% no segundo trimestre de 2021 em relação a igual período de 2020.

Os indicadores do mercado de trabalho apontam uma possível redução da taxa de desemprego diante da melhora do nível de produção da economia local. Contudo essa variação pode não ser tão intensa devido a uma visível expansão da taxa de participação, seja pela melhora das perspectivas do nível de atividade econômica, seja pelo avanço da campanha de vacinação contra a Covid-19 que reduz as necessidades de isolamento social. De uma forma geral, o crescimento do emprego tem potencial de incrementar o poder aquisitivo da população e, assim, estimular a demanda agregada da região.

A leitura dos parâmetros macroeconômicos sinaliza um panorama otimista e favorável ao desenvolvimento da capital federal que, apesar de ameaçado por um conjunto de fatores de incerteza, traz perspectivas de crescimento à economia local.